



Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e três minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Retificação à ata da reunião ordinária de câmara de 18 de novembro de 2020.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 06 de janeiro de 2021.**
 - 3. Deliberação n.º 07/21 – Proposta n.º 01/2021 – DCIRT/DITUR – Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias de Setúbal para Todos”.**
 - 4. Deliberação n.º 08/21 – Proposta n.º 02/2021 – DCIRT/DITUR – Apresentação de candidatura da Praia da Figueirinha ao galardão Bandeira Azul 2021.**
 - 5. Deliberação n.º 09/21 – Proposta n.º 03/2021 – DCIRT/DITUR/GAFE – Aceitação de Doações – Árvore de Natal (2017-2020).**
 - 6. Deliberação n.º 10/21 – Proposta n.º 04/2021 – DCIRT/DITUR/GAFE – Aceitação de Doações – SETÚBAL CHRISTMAS FEST 2020.**
 - 7. Deliberação n.º 11/21 – Proposta n.º 03/2021 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 6/2020 – DRH/DIGAT/GC/SS contra Helder Filipe Escaleira Afonso.**
 - 8. Deliberação n.º 12/21 – Proposta n.º 01/2021 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA”.**

9. Deliberação n.º 13/21 – Proposta n.º 01/2021 – DCDJ/DISOC – Renovação do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – InComun.
10. Deliberação n.º 14/21 – Proposta n.º 02/2021 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Apoio às Atividades.
11. Deliberação n.º 15/21 – Proposta n.º 03/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Academia de Rugby Clube de Setúbal. Candidatura ao PRID 2020.
12. Deliberação n.º 16/21 – Proposta n.º 04/2021 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão”. Protocolo de colaboração e apoio financeiro no período de janeiro a abril de 2021.
13. Deliberação n.º 17/21 – Proposta n.º 05/2021 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2020-2021.
14. Deliberação n.º 18/21 – Proposta n.º 06/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 30ª Rampa Péquêpê Arrábida 2021.
15. Deliberação n.º 19/21 – Proposta n.º 07/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo Festival Internacional de Teatro de Setúbal – Festa do Teatro.
16. Deliberação n.º 20/21 – Proposta n.º 08/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL.
17. Deliberação n.º 21/21 – Proposta n.º 09/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal – CRL.
18. Deliberação n.º 22/21 – Proposta n.º 10/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Cooperação entre o Município de Setúbal e Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L.
19. Deliberação n.º 23/21 – Proposta n.º 11/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova.
20. Deliberação n.º 24/21 – Proposta n.º 01/2021 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2020.
21. Deliberação n.º 25/21 – Proposta n.º 01/2021 – GAVPS – Medidas de Apoio – Covid19.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento dos mapas relativos aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do Departamento de Urbanismo (licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.



2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que tinha uma questão referente àquilo que tinha sido o acompanhamento que as autarquias iam fazendo, e que o Município de Setúbal não era exceção, sobre aquela terrível pandemia que os afetava a todos. Questionou se existia algum tipo de informação no que dizia respeito ao Concelho de Setúbal, sendo certo que a esmagadora maioria dos contactos que eram feitos não tinham qualquer tipo de sinalização da sua origem, mas se existia efetivamente alguma preocupação no que dizia respeito às escolas ou a outro tipo de setores que estavam em atividade e se eventualmente existisse alguma situação mais ou menos preocupante que pudesse ser ali relatada. Tinha dado o exemplo das escolas, mas podia ter dado outros, aquele era o mais conhecido e mediático, mas naturalmente se houvessem outros que fossem relevantes gostaria que essa informação fosse partilhada.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que queria começar por reconhecer que o trabalho que a oposição tinha vindo a fazer no sentido de levantar algumas questões com algumas críticas, sobre alguns problemas que tinham vindo a detetar em alguns bairros, tinham vindo a ter resposta positiva por parte da autarquia. Naquele dia tinha chegado ao Bairro da Reboreda o material necessário para a reparação da rede de abastecimento de água, uma questão que tinha sido levada ali pelos vereadores do Partido Socialista, na altura a senhora Presidente e o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinham dito que desconheciam, tinham ido averiguar aquilo que se tinha passado e de forma rápida o problema estava a ser resolvido, o que era positivo para as populações. O mesmo dizer de uma questão que tinham levantado no Bairro do Montalvão e que tinha a ver com o estacionamento em frente ao comércio local e essa situação, depois de ter sido levada a reunião de câmara três vezes a senhora Presidente também tinha tomado boa nota e os serviços da autarquia tinham acabado por ir ao encontro das exigências daqueles comerciantes do Montalvão.

Uma outra questão tinha a ver com a organização das mesas de voto, para o ato eleitoral do próximo dia 24. Sabiam que tinha sido complicado formar as mesas de voto, haviam muitas pessoas que com receio estavam a desistir, mas tinha conhecimento que pelo menos a Junta de Freguesia de São Sebastião tinha feito um esforço através do contacto que tinha sido estabelecido pela câmara municipal, pelos serviços da câmara, no sentido de indicar nomes, esses nomes tinham sido indicados, mas gostavam de saber qual a razão ou qual o problema que levava a que depois dos nomes serem indicados, a câmara pedia um presidente para uma determinada mesa, a Junta de Freguesia indicava um nome do presidente para essa mesa e depois as pessoas estavam a ser informadas que iam para outra mesa, para outro local e com outro tipo de função. Havia ali uma descoordenação, ou uma dificuldade que eles compreendiam, mas gostavam de perceber efetivamente o que estava a acontecer, porque algo não estava a ser bem articulado entre a Junta de Freguesia de São Sebastião e a Câmara Municipal.

Quis também levantar uma questão sobre a Quinta da Parvoíce. Tinha sido um tema que se tinha vindo a arrastar com o tempo, que tinha tido notícia na comunicação social, mas tinham conhecimento que a Câmara Municipal de Setúbal juntamente com o IHRU e também com a Segurança Social, estavam a tentar resolver aquele problema, que os colocava todos do mesmo lado, no lado de tentar resolver o problema daquelas pessoas que viviam em condições indignas, em condições precárias. Tinha existido contato com aqueles moradores da Quinta da Parvoíce, mas as pessoas estavam assustadas e não tinham uma informação assertiva e pragmática. Das duas uma, ou quem estava a passar informação por parte da autarquia, não estava a conseguir levar a mensagem, ou quem estava a receber essa informação não estava a conseguir decifrá-la. Por esse motivo, perguntava à senhora Presidente, qual era o modelo que estava a ser desenhado para a resolução daquele problema e quem iria assumir o arrendamento das casas uma vez que o que estava a ser proposto às pessoas era o arrendamento por 5 anos, em que a câmara teria uma participação e depois desses 5 anos as pessoas não sabiam o que iria acontecer. Cabia



saber ali qual o modelo e quem é que se responsabilizava pelo arrendamento, o que é que iria acontecer às pessoas após aqueles 5 anos e qual a razão que a Câmara Municipal de Setúbal, através da senhora Presidente ou do senhor vereador Carlos Rabaçal, não colocava esse modelo e essas propostas que estavam a ser feitas, e bem, às pessoas, por escrito. As pessoas não tinham um documento escrito, algo que pudessem decifrar aquilo que lhes estava a ser proposto. Questionou também qual o motivo de umas pessoas estarem a contatadas para avançar com aquele arrendamento e outras pessoas não estavam a ser contatadas. As pessoas tinham sido pressionadas, porque aquele assunto tinha que ser resolvido até ao final de janeiro, depois tinham sido informadas que era até ao final de fevereiro e presentemente tinha-lhes sido transmitido que seria até ao final de março. Havia ali uma grande confusão à volta daquele processo e queriam ter esse esclarecimento e apelar à Câmara Municipal de Setúbal para que pudesse ter uma intervenção mais assertiva e pragmática na comunicação com aquelas pessoas, que viviam em condições indignas e estavam todos ali do mesmo lado para tentar resolver aquele problema que se ia arrastando no concelho de Setúbal.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que em relação à questão do COVID, que o senhor Vereador Nuno Carvalho tinha levantado, a situação era mesmo preocupante em Setúbal, como em todo o País. Era evidente que presentemente o próprio Primeiro-Ministro e o Senhor Presidente da República já o tinham reconhecido, que ao contrário das opiniões de muitos, tinham abrandado as medidas no Natal.

A Comissão Distrital de Proteção Civil de Setúbal, por unanimidade, esteve contra as medidas de abrandamento no Natal e tinha transmitido isso ao senhor Secretário de Estado Duarte Cordeiro. Não tinha valido de nada, nem aquela opinião, eram 50 instituições, nem tinha valido de nada muitas outras opiniões que tinham acontecido. Atualmente havia quem fizesse meia culpa, pelas decisões tomadas na altura de abrandamento. O crescimento era absolutamente exponencial, os cientistas diziam que iam morrer mais de 10.000 em dois meses, 20.000 se não fechassem as escolas e as escolas mantinham-se abertas. Em Setúbal tinham uma situação em relação ao hospital complicada. O hospital era para ter trinta e tal camas COVID, depois teve um plano de contingência para cinquenta, depois para setenta, no máximo oitenta, noventa e já ia com cento e noventa. A morgue já não suportava as pessoas que iam morrendo, tinha sido preciso adquirir uma câmara frigorífica complementar à morgue, visto que a saída e capacidade de cremação andava nas oito ou nove cremações por dia e as entradas andavam por volta das dez a quinze por dia.

A situação era mesmo difícil, se fosse só em Setúbal, era fácil de resolver, mas era no país inteiro. Finalmente, os médicos e enfermeiros tinham saído debaixo das administrações e iam dizendo exatamente o que se passava, o que eles próprios viviam todos os dias, pensava que a sensibilidade presentemente estava a mudar bastante e por isso era natural que fossem tomadas outras medidas complementares.

Naquele dia, na Comissão Municipal de Proteção Civil dirigida pela senhora Presidente, tinha sido claro que as escolas deviam fechar, as famílias deviam ficar em casa, deviam apoiar os seus filhos e que os serviços essenciais deviam funcionar e que o resto das pessoas deviam recolher. Era uma questão de as pessoas sobreviverem, eram números avassaladores e não se conseguia perceber porque é que não se tomavam as medidas no momento certo, quando estava identificado do ponto de vista técnico e científico que o grupo de maior propagação de infeção era o grupo dezassete/trinta e que o segundo grupo de maior propagação era o grupo treze/dezassete. Era uma questão que exigia medidas mais radicais, e pensava que toda a gente já tinha percebido e ninguém queria assumir a responsabilidade de continuar com aquela mortandade, no fundo era aquela a situação.

Em Setúbal, o município tinha feito tudo o que podia e devia e o que não devia para ajudar a saúde pública, desde a nova área de doenças respiratórias, aquecimento, gás e oxigénio, viaturas, alimentação para quem estava a fazer, naquele momento, as vacinações em Setúbal, tinham acabado, naquela manhã, a vacinação de todos os trabalhadores e utentes dos lares, aqueles que podiam ser vacinados, porque os que estavam doentes não podiam.

4

Naquele dia, à tarde, ia-se iniciar a segunda fase de vacinação do pessoal médico, do pessoal da saúde. Havia um esforço tremendo, as pessoas estavam a comer na Companhia de Bombeiros Sapadores, deslocavam-se em viaturas da Câmara, tinham todo o apoio que eles eram capazes de dar. Também estavam criadas equipas de despistagem, para inquéritos epidemiológicos, para descobrir as cadeias de transmissão, visto que naquele momento a saúde pública desconhecia de todas as cadeias de transmissão. A situação tinha sido de tal forma de avalanche que, naquele momento, quando chegava uma pessoa doente, eram registados os contactos que tinha tido e ficavam ali à espera de melhor oportunidade, aquilo era o caos. Presentemente, tinham pedido que fossem constituídas equipas, a Câmara tinha dado dez pessoas, poderia dar mais pessoas, outras instituições também tinham dado pessoas, o hospital, o ACES, todos tinham dado pessoas, para estarem no *call center* a fazerem inquéritos epidemiológicos que demoravam uma hora cada, não era fácil, era muito tempo, para despistarem milhares de pessoas que não sabiam exatamente a quem estavam ligadas naquele momento, porque não havia essa capacidade. Num quadro daqueles que era um quadro nacional parecia que o bom senso e o mínimo de lógica de racionalidade impunham medidas mais drásticas. Em março, no país inteiro, estavam com menos infeções do que tinham presentemente em Setúbal e tinha fechado tudo. Estavam numa situação absolutamente caótica e a “*coisa rolava*”. Se fossem ver a curva de infeções até outubro e novembro iam verificar que tinha havido um crescimento grande e tinha sido exatamente em cima desse crescimento grande que se tinha decidido diminuir os mecanismos de defesa, tinha deixado de ser grande para passar a ser exponencial, vertical.

O quadro era aquele, estavam a fazer tudo o que podiam, o pessoal da saúde estava no limite, nas reuniões que faziam quer da Comissão Municipal de Proteção Civil, onde o tom era o mesmo, quer na Subcomissão da Comissão Distrital que reunia todos os dias, era de quase desespero, do pessoal da saúde que não sabia o que é que havia de fazer à “sua vida”, colocando com toda a clareza o que não queriam fazer que era decidir quem não atendiam ou quem atendiam, deixando ficar para melhor oportunidade outras pessoas que não sabiam o que lhes ia acontecer. No dia anterior, a senhora da Ordem do Enfermeiros, tinha visitado um hospital e tinha dito uma coisa terrífica, as pessoas ficavam no corredor à espera de serem atendidas e morriam ali mesmo, quando lá iam já tinham morrido e quando chegava uma ambulância com pessoas essas não conseguiam sair da ambulância porque ninguém tinha onde as colocar, era uma situação bastante complexa. Em Setúbal, não estavam naquele quadro, mas estavam num quadro muito difícil. Pensava que seria bom que cada um nas ligações que tinha, nas responsabilidades político-partidárias que tinha, sociais e outras, deveriam contribuir para que de uma forma clara se desse um sinal a quem de direito para se tomarem as medidas necessárias para que aquilo se contivesse. Como há dias dizia um senhor, era preciso achatar a curva, que era um termo que se tinha deixado de falar. Sem achatar a curva ia-se rebentar com o sistema de saúde. Estavam num patamar muito elevado e isso deveria ser preocupação para todos. Estavam numa situação de risco extremo, como estava mais de metade do país e isso era mais do que sinal para que se fizesse alguma coisa.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se existisse algum documento ou algum apelo que tivesse sido transmitido, de forma escrita, ao senhor Secretário de Estado Duarte Cordeiro, sobre aquela matéria, ou que viesse a ser feito, solicitava que fosse dado conhecimento aos vereadores porque achava importante, precisamente para cumprir esse papel que tinha mencionado, para que pudessem ajudar a sensibilizar no reforço das medidas.

Sra. Presidente – Disse que para fechar a questão COVID e escolas, no dia anterior na reunião de vereação, tinham pensado exatamente da mesma forma que o colega de Cascais, não havia tempo a perder, era “picar” as pessoas para a insubordinação pública, tendo em linha de conta que eles não podiam dar ordem para as escolas fecharem. Era uma vergonha, o que se estava a passar. Já tinham informado o senhor Secretário de Estado, dali a dois dias tinham reunião, a Área Metropolitana de Lisboa com o senhor Secretário de Estado Duarte

Cordeiro, por causa daquilo e por causa da vacinação, os bombeiros e as forças de segurança estavam a pressionar muito, nomeadamente os bombeiros, para passarem a ser de imediato o grupo de risco seguinte. No presente dia tinham que ter vacinado vinte lares, mas só tinham conseguido vacinar quinze, porque os outros cinco, estavam com um surto, tiveram que passar à frente e essas vacinas estavam a ficar de parte para começarem a vacinar esses grupos de risco, mas sem autorização, nada. Todos os colegas, pelo menos da região deles, estavam de acordo com o fecho das escolas. A maior parte dos diretores estavam de acordo com o fecho das escolas e ninguém estava a ouvir isso. Pensavam que o governo estava a dar sinais que provavelmente as escolas iriam fechar depois de terça-feira, mas cada dia era um risco muito grande. No dia anterior tinham dez mil e tal casos a nível nacional e no presente dia estavam na ordem dos quinze mil e as escolas continuavam abertas e iam fazendo reuniões, atrás de reuniões.

Informou que a Proteção Civil Distrital estava a preparar-se para começar a imitar pareceres para dar aos agrupamentos de escolas, pareceres no âmbito do estado de emergência, que se sobrepujassem às decisões do governo, para proteção dos próprios agrupamentos, era uma vergonha para o governo, mas não estavam a escolher outro caminho senão aquele, era uma vergonha para o governo.

Estavam cansados de ser os empregados do Governo, que de forma arrogante, nomeadamente o senhor Ministro da Administração Interna, dizia: *"e agora é para ir buscar o voto COVID, com menos de 24 horas, faz favor, as câmaras que vão"*, não perguntava se as câmaras tinham dinheiro para comprar os EPI's, porque tinham que ir com os fatos dos pés à cabeça, tinham que colocar as viaturas em circulação, tinham que colocar pessoal dos serviços municipais a parar, tinham mais de 60% das pessoas do município todo, não havia recursos humanos, nem contabilidade que estivesse a trabalhar a tempo inteiro, mais de 60% estavam em teletrabalho, outros com horários desfasados, outros estavam com horários em espelho, cada diretor tinha decidido como é que funcionava o seu serviço, tinham dado liberdade de organização, porque os serviços eram todos muito diferentes, à semelhança do que tinham feito em março, cada diretor tinha dito como funcionava o seu serviço e tinha que dar conhecimento disso aos recursos humanos, para eles saberem onde estavam os funcionários, à comissão de trabalhadores, ao executivo, tinham a ficha disso e também ao grupo da Comissão de Proteção Civil, para darem conhecimento à Área Metropolitana para toda a gente ter informação. Tinham muito menos gente e de repente, o governo diz: *"os senhores vão buscar os votos aos doentes COVID"*, estavam os carros todos, não tinham pessoal suficiente para fazerem aquilo, as pessoas estavam cansadíssimas, porque andaram a recolher esses votos, a distribuir votos, a fazerem o voto em mobilidade, tudo, tudo caía em cima dos municípios, já não estava a falar da cadeia e aos hospitais, porque tinha ido lá buscar os votos, fazer o ato. Uma coisa curiosa, costumavam ter três ou quatro votos antecipados na cadeia, mas naquele ano tinham tido quarenta e seis votos, quarenta e seis reclusos a votarem, o que tinha sido interessante, mas isso ia com dois funcionários, o voto COVID, o voto em mobilidade, toda aquela azafama de tomar conta dos serviços, também para dar apoio ao COVID, estava tudo estafado e depois não ouviam da parte do governo perguntar se tinham dinheiro para as horas extraordinárias, se tinham dinheiro para os EPI's e se era preciso algum apoio: *"as autarquias que façam"*, sem quererem perceber, sem perguntarem: *"Pode ser? Estamos todos do mesmo lado e temos todos que resolver isto, temos que nos ajudar"*. Mesmo em relação aos votos para dia 24, no passado domingo dia 17, tinha sido muito difícil a constituição das Assembleias de Voto, tinha sido mesmo muito difícil, muita gente doente, muita gente com medo de querer ir para as mesas, muitas pessoas com determinada idade a pedirem para não irem, tinham andado a pedir aos partidos, às juntas para arranjam pessoas. O dia 24 estava novamente a ser um quebra-cabeças, porque estava a haver muita gente, que estava *"convocada"*, notificada para ir para a Assembleia de Voto e as pessoas estavam a dizer que estavam doentes, ou que a família estava doente ou que estavam em confinamento, outros não queriam de todo ir, portanto estava a ser feito um apelo a todos os partidos, o Dr. Álvaro tinha ligado a todos os partidos a apelar aos partidos que se tivessem pessoas para irem para as mesas, às Juntas de



Freguesia e em último caso no dia seguinte poderiam ter que fazer requisição nos serviços, outra vez nos serviços, se não tivessem as Assembleias de Voto todas preenchidas. As pessoas estavam a ser pedidas para irem para as mesas, se era para ser presidente ou escrutinador, não interessava, interessava era que a Assembleia de Voto funcionasse. Se depois na Junta de Freguesia não ia para aquele sítio é porque se calhar já havia pessoas naquele sítio, é porque os técnicos da câmara é que estavam a organizar isso, a nossa Paula Lico é que era responsável daquela grande comissão que estava a fazer um trabalho fantástico e, portanto, não estava preocupada se “este era para ser presidente agora já não é este é o outro”, isso não interessava, interessava era que funcionasse, tendo em linha de conta os dias em que viviam, tão difíceis, tão complicados, de tanta gente doente, com medo, a desistirem de participar naquela eleição.

Ficava ali mais uma vez o registo: *“o Ministério da Administração Interna, no seu melhor, na sua postura, simpática, agradável, de que só o senhor ministro passava dias difíceis e não os outros e, portanto, tinha aqui os outros como seus empregados”*.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que quando se colocava a importância de encerrar as escolas todos deviam refletir se as escolas eram espaços onde haviam processos educativos, onde se desenvolviam processos de aprendizagem, ou o que eram.

Face ao contexto de exaustão, era justo, mesmo depois de haver alguma pausa no Natal, achava que havia uma palavra devida aos assistentes operacionais, às direções dos agrupamentos que incluíam os coordenadores de escolas e aos docentes e assistentes técnicos, porque presentemente passavam a vida a preencher tabelas, a preencher formulários, a fazerem telefonemas e receberem telefonemas, a fazerem tudo, menos a conseguirem dar resposta ao desenvolvimento do processo educativo. No meio de tudo aquilo, tinham estado a fazer distribuição de computadores aos alunos de escalão A e B, praticamente todas as escolas tinham recebido os computadores da DGESTE mas com uma carga burocrática brutal e no meio de tudo aquilo iam recebendo telefonemas a dar um género de “ralhetes”, tinha sido assim que tinha sido descrito pelos diretores: *“a dar ralhetes, porque é que ainda não distribuíram os computadores”* e eles diziam: *“não, nós já distribuímos os computadores, agora preencher os formulários para lhes fazer o reporte das coisas isso é quando nós tivermos tempo”*, o ambiente era aquele.

Para se ter uma ideia, no Agrupamento Sebastião da Gama estavam 515 alunos em confinamento, na Ordem de Santiago estavam 415 alunos em confinamento, 39 professores na Sebastião da Gama, 29 professores na Ordem de Santiago, na escola D. João II, 415 alunos em confinamento, 5 docentes em isolamento, em Azeitão 55 alunos em confinamento, na Lima de Freitas, independentemente da decisão do governo, o agrupamento devia estar encerrado e não encerrava por teimosia da DGESTE, estavam mais de 500 alunos em confinamento, falava em confinamento, não em infetados, na Barbosa do Bocage 239 alunos em confinamento, 22 professores em confinamento e 6 assistentes operacionais, na D. Manuel Martins 252 alunos em confinamento, 43 professores em isolamento. Não tinha os dados daquele dia referentes à Luísa Todi, que eram parecidos. A única escola que fugia um bocadinho à norma era a Secundária do Bocage, no momento atual. Havia um dado positivo, com exceção de uma escola, não havia registo. Aquele era o cenário e estavam a falar dos que estavam ao presente dia em confinamento, se fossem ver todos os outros alunos que já tinham passado por confinamento, aquele número crescia. Tinham alunos que já tinham perdido um mês, ou um mês e meio de aulas, porque já tinham atravessado vários confinamentos, o que estava a ser aquele processo e o que se ia agravar porque de dia para dia, á hora, quando estavam reunidos pouco tempo antes c estavam diretores a receberem informação: *“mais uma turma em confinamento”*, era aquilo e não estava a dramatizar.

Tinha sido anunciado no dia anterior que as escolas secundárias iam fazer testes, os chamados testes rápidos, tinha sido engraçado que as escolas tinham tido conhecimento disso pela comunicação social, porque não sabiam. Supostamente naquele dia já deviam ter começado, não estava nada organizado, estavam naquele dia a fazerem identificação dos alunos, a enviar para os encarregados de educação as declarações para autorizarem que os

alunos pudessem fazer o teste. Achava que era preciso terem alguma cautela com algumas coisas e não numa perspetiva de testes continuados, era para fazer um teste. Havia uma opinião generalizada dos diretores, como a senhora Presidente tinha referido, que as escolas deveriam estar encerradas, mesmo com diferenças de opinião, mas mais que não fosse para passar uma mensagem clara que era preciso estar em casa, não parando a vida, mas era preciso assegurar a proteção de todos.

A generalidade dos diretores dos agrupamentos de Setúbal estava na fase de renovação dos seus mandatos e, por vontade deles, o impulso que tinham era de não renovarem os seus mandatos, achava que isso era significativo, era grave e acima de tudo sentiam-se desacompanhados. Eles compreendiam a situação da saúde, mas não conseguiam compreender o isolamento em que estavam do seu ministério, da sua tutela. Não estava a exagerar aquele era o sentimento e a mensagem que passava por eles todos e isso era preocupante.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que viviam uma situação completamente extraordinária e anormal, tinham que entender que era normal que existissem falhas no sistema, que eram lamentáveis eurgia que elas voltassem à normalidade, ou à normalidade possível, para que aquelas cadeias fossem interrompidas, não sabia se, naquele momento, o foco eram as escolas, achava que ninguém sabia e as opiniões divergiam relativamente àquela matéria. O que sabiam era que o Governo em março, abril e maio, tinha recebido o aplauso deles por medidas acertadas e presentemente era criticado por medidas menos acertadas. Mas não queria com isso dizer que essas medidas não fossem efetivamente pouco certas, que não fossem medidas dirigidas àquilo que eram efetivamente as necessidades para conter aquele vírus e havia que procurar encontrar essas soluções. Mas politicamente, não lhe parecia justo explorar ali aquelas situações. A responsabilidade era de todos eles, era responsabilidade de quem tinha o poder de decidir, era responsabilidade de cada cidadão, todos eram responsáveis por interromper aquela cadeia do vírus e de assumir a responsabilidade de ficarem em casa sempre que possível, de usarem as máscaras e o distanciamento social. Era fácil, numa situação extraordinária em que estavam a viver, em que os números tinham disparado, apontarem falhas. Com isso não queria dizer que elas não existissem, tinham consciência que existiam, mas não acreditava que os responsáveis políticos, os decisores políticos, os cientistas tomassem medidas sem se basearem naquilo que eram factos reais, daquilo que era do seu conhecimento, isso não acreditava. Numa altura daquelas, não iam pensar que alguém tivesse vontade que as coisas corressem mal, que os números e os mortos continuassem a crescer e que o vírus continuasse a alastrar. Se as escolas tivessem que fechar, certamente seriam fechadas, se fosse esse o caminho. Tinham recebido uma informação, que naquela tarde o Governo ia reunir com os epidemiologistas para tomarem uma decisão, porque os números assim o obrigavam. Não estavam ali a fazer o papel de defensores do Estado, nem defensores do Governo, não era esse o papel deles, não queriam fazer isso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, com todo o respeito que tinha pelo senhor Vereador Fernando Paulino e por todos os senhores vereadores, sabiam que não se tratava de uma questão de usar como arma de arremesso a forma como o vírus infetava, não era o combate político, mas havia uma questão ali que era muito importante, se alguma vez os políticos tinham tido um papel relevante a desempenhar seria naquele contexto. E sabia que nunca era fácil tomar as decisões acertadas face àquilo que era a recomendação que vinha dos técnicos, nunca era fácil e podiam errar ou falhar. Não falando do Governo, mas falando da Câmara Municipal de Setúbal, o relato que tinha acabado de ser dado pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, a primeira coisa que deviam estar a dizer era se acompanhavam ou não o relato dos técnicos, e o que os senhores deviam dizer era se acompanhavam ou não, isso era o papel deles como políticos. Aquilo não tinha que ser usado politicamente contra os senhores, nem sequer estava ali a comunicação social, mas isso é que era relevante, dizia isso com todo o respeito, não tinha a ver com o Governo até porque o país



não era todo igual. Naquele caso, no Município de Setúbal, se haviam alunos que estavam a ser mais prejudicados em confinamento e estavam a perder as aulas, significava que não tinha sido acertada a decisão, ninguém poderia prever como é que aquilo iria evoluir. Mas, no caso do Município de Setúbal, ficava bem lançarem um sinal de que acompanhavam os técnicos e que o encerramento das escolas no Concelho de Setúbal, porque não tinham que falar pelo país, ficava bem. Se não acompanhavam isso tudo bem, mas era uma decisão política deles, a sua, no contexto nacional e local era aquela. Até admitia que se pudesse discutir exceções, abaixo do escalão dos treze anos, compreendia isso, uma criança que estava a aprender a escrever talvez não conseguisse aprender da mesma maneira, era sensível a esses argumentos, mas os mais velhos, os grupos que estavam naquele risco, que tinha sido ali relatado, isso não era bom para ninguém e se havia decisão a tomar seria essa, achava que ficava bem dizerem alguma coisa sobre isso, ou então não dizerem nada de todo. Tinha sido uma pergunta e tinham decidido por uma reação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não iam responder a nenhum repto, porque não se tratava disso, precisavam de informação, o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha essa informação que tinha sido transmitida naquele momento ali, relativamente aos números das escolas não tinham essa informação e com base da informação que tinham achavam que aquilo que estava a ser feito era bem feito, ou era aquilo que era possível ser feito, a nível do concelho. Não era responder a um repto, estavam disponíveis para todos em conjunto fazerem algo que dissesse a quem de direito, a quem tinha que decidir: “*faça-se assim*”, eles, obviamente, estavam disponíveis para isso, como sempre tinham estado, eram responsáveis a esse ponto. Mas tinham que ter conhecimento daquilo que se estava a passar e algumas vezes tinha sido perguntado, naquelas reuniões de câmara, relativamente ao COVID, quais eram os números, qual era a evolução da pandemia em Setúbal e o que tinha sido dito tinha sido que isso era com a Direção Geral de Saúde, eram eles os responsáveis por dar essa informação, tinha sido sempre assim e eles tinham aceitado essa opinião. Presentemente existia a necessidade de alguém transmitir, e muito bem, que a situação era grave, muito grave e eles acompanhavam todas as decisões que fossem tomadas por aquele executivo, para que se tomassem decisões políticas ou que obrigasse alguém a tomar decisões políticas, para decidir aquilo que devia ser feito no Concelho de Setúbal, o Partido Socialista acompanharia essa decisão.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que achava que não era uma questão de votação mas acompanhando a proposta do Sr. Vereador Nuno Carvalho podiam concluir, sim ou não, que aquela câmara apoiava a possibilidade da senhora Presidente da Câmara, se dirigir ao Dr. Duarte Cordeiro, aos agrupamentos escolares, no sentido de se tomarem medidas mais fortes em relação às escolas e se dirigir ao Governo, que estava reunido, e fazer chegar em tempo útil ao Governo a indicação que aquela câmara acompanhava a sua Comissão Municipal de Proteção Civil nas suas preocupações e acompanhava as preocupações da Comissão Distrital de Proteção Civil em relação às escolas e em relação à necessidade de um confinamento mais consistente e mais duro. Se aquela câmara, consensualmente estivesse nisso a senhora Presidente da Câmara podia invocar que a câmara unanimemente proponha isso, a par da Comissão Distrital, da Comissão Municipal, etc. Como tinha dito o Senhor Vereador Nuno Carvalho, esse sinal era muito importante e era um contributo real de todos, para ajudar a comunidade deles. Era isso que propunha que fizessem ali, se houvesse acordo com isso a Senhora Presidente depois diria.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que nunca tinha sido necessário esse apoio político, para que a senhora Presidente e o Concelho Municipal fizessem chegar a quem de direito, aos órgãos políticos nacionais, aquilo que eram os seus problemas e os problemas do concelho relativamente ao COVID, mas se houvesse a necessidade de assumir politicamente todos essa decisão, o Partido Socialista estava disponível. Mas nunca tinha sido preciso e certamente não seria, mas se era um sinal de força, se era um sinal de unanimidade, tinham



que ter um documento, que lhes fizessem chegar a eles e sem qualquer tipo de problema assinariam esse documento.

Sra. Presidente – Disse que tinha ficado registada a disponibilidade só com um documento.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Perguntou se a comunicação seria verbal, tinha que existir um documento.

Disse que assumia a responsabilidade daquilo que tinha dito, assumia em nome do Partido Socialista a responsabilidade daquilo que tinha dito. Quis saber se aquela decisão era verbal ou se existia um documento, estava a querer formalizar uma posição.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era só a senhora Presidente poder dizer, como já tinha dito ao telefone, várias vezes, decorrentes da decisão da comissão do estado, dizer assim: *“Duarte Cordeiro temos aqui um problema, a proposta da comissão é esta, ok, obrigado Presidente, toca a andar”*. Nunca tinha havido documentos, achava que não estavam a perceber.

Sra. Presidente – Disse que tinham estado na reunião da Comissão de Proteção Civil Distrital, cinquenta e tal entidades e toda a gente a pedir que se fizesse alguma coisa. E tinham ali a Dra. Lina Guarda que era a responsável da saúde pública, praticamente a *“chorar”* feche-se.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não tinha percebido qual tinha sido a dúvida que tinha ficado em relação ao que tinha dito. Pensou que ia existir um documento.

Sra. Presidente – Disse que não havia documento nenhum, assim como também não tinha havido na Comissão de Proteção Civil, tinha sido na reunião e toda a gente tinha pedido e toda a gente tinha estado de acordo, não tinha havido nenhum documento nessa reunião, tinha sido espontâneo. Tinha ali colocado aquela preocupação, da questão das escolas e tinha dito que no dia anterior tinham visto que estavam completamente de acordo, não sabiam a posição de Cascais, tinham ouvido naquela manhã a posição de Cascais, mas até tinha parecido que tinham falado, mas não tinham e naquela manhã tinham dito: *“ontem estávamos a falar daquilo, grande Carlos Carreiras, é assim mesmo, não vai a bem vai a mal, o Carlos Carreiras e o Hélder de Mafra, falaram à mesma voz”* e estavam completamente de acordo, aquilo tinha que parar. Na reunião daquele dia, a própria Proteção Civil tinha dito que se aquilo não parasse.... A Proteção Civil podia fazer pareceres no sentido de dizer aos agrupamentos: *“está aqui isto, é uma situação que transcende a decisão do governo”*, era só isso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que percebia a questão formal, compreendia, estavam numa reunião formal e propôs que se acompanhasse, ou não, a informação que tinha sido veiculada, tinha-se falado em números das escolas, tinha-se falado num resultado de uma reunião, de uma comissão que acompanhava aquela matéria, a reunião tinha sido no presente dia, mais tarde até poderia haver um documento suporte, mas falava-se em unanimidade das entidades que tinham estado representadas naquela reunião. Manifestariam o apoio, ou não, mediante algo que estava gravado, que era uma reunião pública, que poderia ser integralmente transcrito para a ata, aquela parte da reunião, sobre o acordo de todos, e manifestariam esse acordo, ou não, mediante os dados que ali tinham sido apresentados, que naturalmente, faziam boa-fé que estavam corretos, aquilo era uma sessão pública. Aquela questão solene e formal, que compreendia, porque era importante, estava assegurada.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que pretendia ser claro naquela matéria. O Partido Socialista e assumia essa responsabilidade, perante aquilo que tinha sido a reunião que tinha

existido anteriormente, com os números que tinham sido dados a conhecer, acompanhavam essa discussão, assumia essa responsabilidade.

Sra. Presidente – Disse que os números municipais de acordo com ordens da Direção Geral de Saúde não podiam ser informados, no entanto, em relação às escolas, tinham recebido aquela informação dos agrupamentos, estavam a ser dados no sentido de dizer ao Governo que aquilo estava em rutura, que aquilo não podia continuar. Em relação ao concelho os números eram à volta de trezentos e tal, mas não podiam ser mais informados.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que a posição deles era clara, obviamente que algumas das declarações que tinham sido feitas, ultimamente, a membros do Governo nas suas posições não acompanhariam, obviamente, porque entendia que todos estavam a fazer o melhor que podiam e sabiam, mas a decisão e os números que tinham sido ali transmitidos acompanhavam, a decisão era transmitir a preocupação relativamente às escolas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ninguém iria fazer considerações, era só transmitir essa comunicação imediata ao Dr. Duarte Cordeiro, que estava em reunião, a dizer que em nome da Sra. Presidente ou a Sra. Presidente interrompendo com um telefonema, a dizer que numa reunião de câmara se tinha acompanhado a perspetiva, sensibilidade e as decisões da Comissão Municipal de Proteção Civil, no sentido de: “- *Endurecer as medidas de confinamento para esmagar a curva; - Nesse quadro encerrar as escolas, como uma medida essencial, para que se comprima a curva*”. Aquilo não era nenhuma posição política do outro mundo, era uma informação básica que se poderia transmitir, imediatamente, ao Dr. Duarte Cordeiro que estava na reunião de Concelho de Ministros e que poderia dizer: “atenção *Setúbal tem aqui esta opinião*”, era importante que chegasse lá, porque se não eles também não sabiam, assim poderiam pensar com outros dados, com outras posições, tinham que saber aquela posição. Eram muitas instituições e as instituições que tinham decidido aquilo, não sabia se havia alguma ligada à cor política dominante naquela câmara, não sabia se existia uma e isso era importante porque era tão transversal aquela preocupação aos saberes técnicos de todas as pessoas, que estavam nos seus postos, fossem quem fossem, que tinham convergido todos naquela sensibilidade, todos sem exceção e isso era muito importante saber que era assim. E questionou os senhores vereadores: “Então é assim, senhores vereadores?”.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que recordava que, na altura, tinham tido ali uma posição conjunta da câmara municipal, relativamente à questão do Vitória, que tinha sido consensual, tinha havido um texto, que tinha sido feito, que tinha sido passado e que tinha sido apresentado, naquele caso não iria haver nenhum texto. O que o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha dito era que a senhora Presidente iria entrar em contacto com o senhor Secretário de Estado, através de um email que iria ser enviado e em que iria dizer que face aos números, que naquele momento tinham no Concelho de Setúbal, havia uma preocupação com a propagação da pandemia e que fazia uma proposta.

Sra. Presidente – Disse que seria de encerramento das escolas.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou qual era a base científica, qual o fundamento, que eles vereadores tinham, naquele momento, para exigir o encerramento das escolas. Aquilo que existia naquele momento era um consenso alargado, que poderia mudar, mas naquele momento existia um consenso alargado na comunidade científica de até aos doze anos. Podia concordar ou discordar, mas não tinha nem conhecimentos técnicos, nem académicos, por esse motivo não falava daquilo que não sabia.

Aquilo que a comunidade científica tinha vindo a dizer e que os peritos tinham vindo a aconselhar o Governo, porque o Governo seguia as opiniões e os pareceres técnicos, era de que até aos doze anos não existia problema, que a partir dos doze anos, treze anos,

efetivamente poderia existir um problema na propagação e não sendo as escolas um foco de contágio, isso também era unânime na comunidade científica, poderia haver uma decisão de encerramento das escolas, no âmbito do 3.º ciclo e secundário. Questionou o que iriam exigir, se seria o encerramento de tudo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o senhor Vereador tinha parado no tempo. A informação científica tinha sido ultrapassada pela realidade e a realidade estava-se a impor, e era por isso que, naquele momento, estava a haver reunião de Concelho de Ministros. Estava a ser ultrapassado pelo tempo e pelos acontecimentos e esse é que era o problema, não estava a ouvir a realidade. As associações de pais, até a FENPROF que nunca tinha permitido que se fechassem as escolas, dizia: “*feche as escolas porque isto está impossível*”, os professores, os agrupamentos, toda a gente dizia para fecharem as escolas, com dados objetivos da realidade, que não havia investigador que resolvesse. No dia anterior tinha ouvido uma investigadora que dizia o seguinte: “*Nas crianças muito pequenas, estavam a aparecer doenças, estranhas, decorrentes do COVID, em crianças que não tinham qualquer doença*”, ninguém conhecia bem. À cautela seria melhor defenderem-se, de acordo com os dados da realidade: “*deixemos essa conversa, tem um mês. Faz favor, atualize-se, ponha os pés na terra, ponha os pés na terra como o seu governo estava a pôr hoje, finalmente*”.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, nesse sentido, de pôr os pés na terra, era que muitas autarquias tinham vindo, havia algum tempo, a fazer testes nas escolas, tinham vindo a tomar medidas naquele sentido. Mas ia ficar por ali, não valia a pena, não valia a pena criar barulho à volta daquele tema, o senhor Vereador Fernando Paulino já tinha assumido posição, portanto a posição estava assumida.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se a posição estava assumida, mas tinha uma sugestão, sobre a questão do papel ou documento, isso poderia ficar feito e era tão simples, que acompanhava as entidades, por ele, isso não tinha qualquer tipo de problema, achava que isso se poderia fazer com relativa facilidade. Mas era preciso perceber se a decisão era de acompanhar, ou não, a decisão de uma reunião, podia-se discutir, nunca tinha pedido para ir àquelas reuniões, nunca tinha pedido para estar presente, nunca tinha pedido informação sobre as mesmas, elas já aconteciam há uma série de tempo, podia-se discutir se daquele momento em diante isso seria necessário, mas até ao momento não tinha sido e sempre tinham confiado na informação que era ali transmitida, tinham que ser sérios quanto a isso, por isso, se lhes tinha sido transmitido, tinham que confiar, se era preciso um papel ou um documento, eram quatro ou cinco linhas, então faziam. Compreendia a questão política da parte deles, achava que oralmente seria mais fácil, mas se quisessem um documento, por ele achava que ainda seria melhor.

Sra. Presidente – Disse que a ata era um documento. Até tinha sido o vereador que tinha sugerido, ia haver uma ata, estava tudo feito.

Sr. Vice-Presidente – Disse que o que fazia falta era calma, o *stress* era grande e podia-se manifestar de diversas maneiras.

O senhor Vereador Fernando José estava a falar de um consenso, tinham que ser realistas, era um consenso que estava entre o senhor Ministro Tiago Brandão Rodrigues, o Primeiro-Ministro, eventualmente a senhora Ministra da Saúde, mas não se tinha ouvido pronunciar e um especialista. Tinha sido o que lhes tinha sido dado a conhecer, a não ser que andassem a enganar a população toda, a informação era unânime em dizer que todos os especialistas, havia á exceção de um, tinham a opinião que as escolas deveriam estar a ser encerradas: “*com que fundamento? Eu digo, é com o fundamento que o senhor Primeiro-Ministro tem anunciado para não encerrar, qual foi esse fundamento? Que a taxa de transmissão era muito pequena nas faixas etárias dos alunos do secundário e do superior. Qual é o fundamento? Exatamente com esse fundamento que desde há dois dias, a informação científica, que é toda*



no mesmo sentido, não há ninguém que a ponha em causa, em que as faixas etárias que estão com maior taxa de transmissão são precisamente dos dezassete aos trinta e dos treze aos dezassete, em segundo lugar". Era precisamente com o argumento do senhor Primeiro-Ministro, que com mais singelo bom senso, lhes dizia para que parassem com aquilo. E o outro argumento era não sacrificar uma geração. Bastava que fossem às escolas, o stress, o ambiente de pressão, era inadmissível que houvesse sobre os alunos, os professores, os auxiliares. Estavam a dar cabo das duas frentes de combate mais importantes que tinham na pandemia, que era a saúde e a educação.

De que dali saísse um apoio firme daquele executivo, com unanimidade, ou sem unanimidade, podiam ficar os senhores vereadores de fora, mas um apoio firme à apreciação que a Comissão Nacional de Proteção Civil tinha feito, de que era urgente e imediato, necessário, encerrar as escolas. Sim, a câmara devia-se pronunciar naquele sentido, se os senhores vereadores se quisessem demarcar, que se demarcassem, não era para fazerem guerrilha política, era para apoiar o Governo a tomar decisões, porque precisa de manifestação de opiniões dos diversos intermediários, órgãos, agentes, da governação local e nacional do país. Deviam dar essa ajuda e manifestarem concretamente, era urgentíssimo, imediatamente, naquele dia, no dia seguinte já não deviam ir à escola. "O vamos ver" eram três ou quatro dias, que dava para efeitos brutais durante muito tempo, sabiam que era assim. Era isso que estava em causa, não era se iam ferir o Governo, ou "amaciar o "pelo" ao Governo, não era isso. O Governo tinha que sentir que de várias câmaras, de vários sítios, dos organismos da Proteção Civil, estavam a dizer que aquilo era impossível durar mais, tinham que afinar isso.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que quase que não valia a pena falar, porque já tinha sido repetido por toda a gente, mas realmente aquela atitude, de que às vezes parecia que andavam ali um bocadinho a "empastelar", fazia com que se tivesse tomado uma decisão na semana anterior, com um certo conjunto de medidas e passado uns dias alterar essas mediadas, porque percebiam e por algum calculismo político, que não o queriam fazer, para não afetar alguns setores da sociedade. Já tinham percebido que não estava a resultar e como o senhor Primeiro-Ministro tinha dito, não era vergonha para ninguém voltar atrás, que se voltasse de uma vez e que se analise e pese os prós e os contras de tudo, mas que se tentasse fazer o mais rapidamente possível. Pelos vistos o governo estava a tentar fazer, ali é que não estava a haver essa compreensão, de poder dar um contributo para que pudessem decidir de uma melhor forma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ia tentar mudar de assunto, mas antes quis deixar uma nota importante, já que tinha estado a falar de dados: Lima de Freitas 45% dos alunos em casa, metade dos alunos e depois os alunos chegavam à escola e faltava um professor e ficavam na escola "à balda", ninguém entendia, as escolas estavam todas assim. Não era normal manter aquilo.

Segunda questão, existiam cientistas para todos os gostos. Havia um cientista que disse que em dois meses iriam morrer 10 mil e que se as escolas ficassem abertas morreriam 20 mil.

Disse que era uma análise científica de um indivíduo, que era matemático, que tinha feito a sua análise matemática e que disse que a progressão que estava em cima da mesa era para 10 mil mortos dali a dois meses e 20 mil se as escolas não fechassem.

Seria preciso, independentemente das dúvidas que pudessem ter, funcionar com os cuidados necessários, porque estavam a morrer muitas pessoas.

Acreditava que era preciso ter aquela consciência e que tinha sido bom terem tomado aquela decisão.

Outra questão que tinha colocado tinha a ver com as obras nos bairros. Disse que o Vereador Fernando José, volta e meia, aparecia ali com umas coisas engraçadas e quando havia uma obra que, talvez, fosse avançar ele dizia que essa obra era importante, a obra avançava e ele dizia que se não fosse ele não teria avançado.



Referiu que, em relação à Reboreda, tinham duzentas empreitadas em curso em permanência, mais cem obras pequenas nas freguesias e que esta obra era pequena o suficiente para não caber em nenhum desses dois registos que mencionou, era uma outra obra e que não tinha presente na altura. A obra tinha avançado rápido e perguntou se sabia porquê? Referiu que aquela obra exigiu o levantamento da situação, exigiu uma nota técnica das Águas do Sado que depois será avaliada no GAGIAS, depois exigiu um projeto de execução, um processo concursal e só depois podia avançar a obra. Explicou que só avançou depressa porque já estava na fase de avanço da obra. Aquela obra era uma obra que já estava programada como estão muitas outras.

Dirigindo-se ao Vereador Fernando José disse-lhe para não dizer que não, porque era ele que programava as obras. A obra estava programada como estavam muitas outras e disse que até lhe podia fazer chegar a fita do tempo da obra.

Relativamente às obras nos bairros disse que, naquele momento, tinham 64 obras daquele tipo nos bairros, incluindo o reforço do estacionamento no Montalvão, obra que também já estava programada, tal como estava programado o asfaltamento da Fernando Santos que ia acabar o asfaltamento quando acabasse a da Rua dos Arcos.

Disse achar bem que o Vereador colocasse a questão, mas achava mal que o vereador não perguntasse com clareza e que antes de se pronunciar soubesse exatamente o que é que se tinha passado, porque podia cair numa situação um pouco estranha. As obras tinham passos e uma obra daquelas levava 4 a 5 meses a montar e ela tinha arrancado muito antes disso, muito antes de o Vereador ter falado sobre ela.

Mencionou outra questão que tinha a ver com o estacionamento no Montalvão, para aquele bairro que tinha várias intervenções. O Montalvão precisava de uma intervenção de fundo muito vasta que custaria quase 4 milhões, não tinham condições para o fazer, mas faziam pequenas intervenções para melhorar as várias situações no Montalvão.

O Bairro do Montalvão precisava, como já tinham feito em outros bairros, no Troino nascente, na Rua Vasco da Gama e noutros bairros sistematicamente, e para aquele também estava programado uma obra de levantamento de todos os esgotos pluviais, de todos os domésticos e até da rede de abastecimento de água, de novos passeios, pavimentação, etc. Referiu que era uma obra que estava identificada e que ia ser feita por pequenas partes. No Montalvão, tudo o que ali acontecia correspondia a uma preocupação planeada de uma obra muito grande que iam fazendo por pequenas partes e iam acontecer mais coisas no Montalvão.

Disse que na Gâmbia tinham sete obras de dimensão média a decorrer, na Freguesia do Sado mais cinco e que não eram empreitadas municipais de grande dimensão, mais 21 em São Sebastião, mais 19 na União de Freguesias de Setúbal e mais 12 em Azeitão, eram obras daquele género. Qualquer dia o senhor Vereador chegava ali e perguntava pela obra "x" que se estava a programar e depois dizia que se não fosse por si a obra não se fazia. Disse que era perda de tempo, porque as pessoas é que sabiam e que falavam com as pessoas.

Relativamente à Quinta da Parvoíce disse que a pessoa menos informada sobre isso era o senhor Vereador ou que se fazia de desinformado, porque trouxe alguma informação, mas se a tinha toda mentiu ali porque se não tinha toda atrapalhou-se, mas ia tentar dar-lhe toda a informação, até porque o senhor Vereador não podia chegar ali e "mandar umas bocas".

Nunca, como agora, a questão da Quinta da Parvoíce estava em vias de solução. Nunca! Disse nunca ter ouvido o senhor Vereador, porque falou com o IHRU e não lhe tinham dito que tinha ido lá falar com eles, nunca viu o Partido Socialista, que mandava no IHRU, exigir ao IHRU que fizesse aquilo que tinha que ser feito. Nunca se tinham metido nisso, preferiram deixar aquele "cancro" infetar aquelas pessoas de uma forma indigna, preferiram que aquilo se mantivesse para dizerem mal da câmara. Disse que os senhores vereadores do PS tinham todos os instrumentos para junto do Governo resolverem aquele problema. Nunca fizeram nada!

Referiu que como eram um executivo maioritário e eram eles que tinham essas áreas, então decidiram fazer uma reunião com o IHRU, com a Sra. Presidente, com o Vereador Pedro Pina, com ele próprio e com alguns técnicos e concluíram que não iriam sair dali sem aquilo

4

estar concluído e finalmente o IHRU abriu a porta a uma solução. Foi o executivo que identificou, através da Proteção Civil, riscos de insalubridade, riscos de incêndio, riscos de derrocada e a PSP identificou riscos de insegurança que não existiam já havia uns tempos e que agora tinham passado a existir. Com todos estes riscos argumentaram com o IHRU, com documentação fundamentada que foi pedido, no sentido de se procurar uma solução de emergência para aquela comunidade e para aquele espaço.

Informou que a solução de emergência que tinha o IHRU no quadro da nova geração de políticas de habitação era o "Porta de Entrada", que já tinha muito tempo e que já podia ter sido acionado havia muito tempo, mas só naquele momento tinha sido acionado, porque tinham dado um murro na mesa e tinham dito que não saíam dali sem uma solução.

Dirigindo-se aos Vereadores do PS disse que podiam ter feito com que acionassem. De qualquer maneira como eram para soluções de emergência, demonstraram que a situação era uma situação pré-catástrofe para aquelas pessoas e que podia ser muito perigoso manterem-se ali.

O IHRU esteve de acordo e então decidiu evoluir para um programa "Porta de Entrada" que garantia, até ao máximo de 5 anos, um arrendamento para as pessoas integralmente pago pelo IHRU naquilo que é a parte calculada sobre os rendimentos e o agregado. Disse que a renda média andava à volta dos 480,00€ e que haviam rendas de 500,00€ e até de mais euros, até 700,00€. Queria dizer que tinham ido para o terreno voltando a identificar e a confirmar as famílias existentes. Registaram todos os seus espaços onde viviam, numeraram tudo, fez-se uma visita a todos e fizeram duas reuniões onde se explicou às pessoas o que é que se ia fazer. Não se explicou todo o mecanismo, mas que iriam falar com cada família para avaliar se eram elegíveis para o "Porta de Entrada", porque aquele programa tinha regras.

Informou que identificaram, até àquele momento cerca de 74 famílias para o "Porta de Entrada", se, de acordo com o SEF, o Governo tomasse uma deliberação de legalizar treze pessoas, porque se não seriam 74 menos 13 pessoas.

O SEF disse que era normal e habitual eles fazerem aquilo e se o fizessem então tinham garantidos os 74 dos 81 agregados identificados, dos quais quase trinta eram unipessoais, tinham garantido a possibilidade de arrendar as casas para as pessoas saírem dali. A ideia era as pessoas ao saírem, fazer-se a demolição para se ir limpando o terreno.

Explicou que quem arrendava e fazia o contrato de arrendamento era o próprio, o dinheiro era transferido para a família pelo IHRU que pagava a renda e o que estava a ser dito às pessoas era que tinham um horizonte de cinco anos até terem um alojamento definitivo e estava-se a trabalhar para um alojamento definitivo. Explicou que se as pessoas não pagassem a renda, perdiam a casa e perdiam o direito ao alojamento definitivo, tinham mesmo que cumprir, eram assim as regras do "Porta de Entrada". Aquilo tinha sido explicado às pessoas, as quais disseram que estavam de acordo.

A Câmara fazia um seguro sobre as habitações arrendadas e tinha uma comunicação com os senhorios no sentido de dizer que se houvesse ali algum problema a câmara cobria no quadro daquele programa. Não o podia fazer diretamente, tinha que ser no quadro daquele programa.

Após a identificação das famílias, havia um programa do IHRU que dizia que o agregado com tantas pessoas, com tanto rendimento, a renda que o IHRU pagava era tanto. Iam estabelecer todas as famílias e o valor global que o IHRU tinha que pagar todos os meses e ainda iam enviar naquele mês para lá e iam fazer um protocolo com o IHRU, que depois de assinado o dinheiro estava disponível. Tinham uma equipa que estava à procura de habitações para essas pessoas e as próprias pessoas também estavam à procura de habitações que estivessem dentro desses valores elegíveis, que iam dos 480,00€ até aos 700,00€. Podia haver uma família que tinha 700,00€ diretos, que não tinha qualquer rendimento e não tinha dinheiro.

Referiu que se não houvesse uma decisão do Governo sobre aqueles treze casos que o SEF disse que era necessário que o Governo tomasse uma decisão, então tinham dezoito casos que não tinham acesso ao "Porta de Entrada". Então tinham ali um outro tratamento, se tivessem uma situação legalizada, uma família que estivesse legalizada tinha direito à renda

apoiada e a câmara e o IHRU iram tentar resolver o problema. Existiam, ainda, casos de pessoas que não tinham qualquer legalização, não existiam legalmente em Portugal e até eram pessoas que faziam o movimento de outros países, sobretudo Angola, Portugal e países europeus, iam trabalhar e depois regressavam, estavam a estudar esses casos.

Muitos deles estavam isolados e podia haver uma solução ágil para pessoas isoladas desde que fossem elegíveis no quadro legal português, porque fora do quadro legal português não havia forma e então o SEF tratava dos assuntos residuais, etc.

Mencionou que se tudo corresse bem com aquele processo e se fosse assinado o protocolo ainda em janeiro, esperavam que sim, em fevereiro iam começar à procura de casas para se iniciar o alojamento e a demolição das casas que iam ficando vazias para que não houvesse ninguém que as viesse ocupar. As famílias disseram que estavam de acordo que se fizesse a demolição das casas vazias e também estavam de acordo em serem eles próprios a contribuir para que aquele espaço não crescesse em termos de ocupação e tinham dado uma ajuda clara nesse sentido.

Era aquele o figurino que se tinha para a Quinta da Parvoíce, naquele momento, aquela situação nunca tinha estado tão perto de estar resolvida definitivamente.

Futuramente, dali a cinco anos, como tinha sido aprovada a Estratégia Local de Habitação pelo IHRU, estava ativa e ia ser distribuída por todos, pelos senhores vereadores e a todos os eleitos, e no quadro da Estratégia Local identificou-se a possibilidade da construção de fogos do 1.º Direito e a própria IHRU queria fazer renda acessível. Mil e quinhentos fogos, a grosso modo, dos quais 300 a 500 para renda apoiada e os outros para renda acessível. Entretanto apareceu o PRR - Plano de Reabilitação e Resiliência e nesse quadro a Área Metropolitana tinha um valor para a habitação, para reabilitação e para construção.

Mencionou que concorreram havia dias e que tinham uma reunião para fazer, no dia 27, com a AML e com a Sra. Presidente da Câmara para avaliarem o concurso que fizeram. O valor que estava em causa na AML eram setecentos milhões de euros. Colocou-se a reabilitação de todos os prédios da câmara, os que já estavam em reabilitação e os que ainda não tinham começado, mas que tinham projetos e iam avançar, porque era preciso haver uma certa maturidade para ter acesso ao financiamento e colocaram também a possibilidade de construção até 800 fogos de renda apoiada em vários locais, incluindo na Quinta da Parvoíce, talvez na Quinta da Amizade (estavam a estudar o assunto), também na Bela Vista, abaixo do Forte onde o IHRU queria fazer renda acessível, e por essa via criar uma situação que permita resolver aquelas situações. Não era só o problema da Quinta da Parvoíce que eram poucas famílias, mas sobretudo a carência brutal de habitação em Setúbal e sobretudo a carência brutal de habitação pública em Portugal. Parecia que o Governo e a AML, em particular, tinham conseguido garantir um direcionamento dos fundos do PRR, que não tinham verba prevista para habitação, para as Áreas Metropolitanas, para haver dinheiro para a habitação.

Reforçou dizendo que não tinha sido o Governo, tinha sido a AML e agora a AML com os seiscentos e tal, setecentos milhões que tinha, ia promover uma discussão com os municípios e iam financiar os projetos dos municípios de reabilitação e de construção de habitação, era o *Core Business*, eram 12 áreas de trabalho e naquele momento só tinham definido essas duas, eram as prioritárias e eram essas que iam avançar, sendo que havia uma articulação com o 1.º Direito.

No 1.º Direito, na construção o IHRU dava 30% e na reabilitação dava 50%, o queria dizer que se podia potenciar as verbas da AML com as verbas do IHRU. Existia era um problema que se tinha que resolver na medida em que parecia que o IHRU queria ficar com o dinheiro da AML e não queria nada disso. Eram os Organismos de Estado com "o nariz arrebitado" a dizerem que era muito dinheiro e por isso achavam que era deles, porque eles é que eram da habitação.

Acreditava que era muito mau que o dinheiro saísse da AML, porque a AML funcionava como um banco dos municípios que ia financiar a parte dos municípios que o IHRU não financiava e isso permitia que pudessem construir a fundo perdido tudo o que tinham feito e isso era muito importante. Não sabia se iam fazer 10% do que tinham proposto, se 15, 20 ou 30, porque



tinham proposto muito, quando tinha dito que todos iam a reabilitar e outros 100 fogos de renda apoiada, eram muitos milhões. Tinham feito essa proposta e agora estavam a apurar isso para a reunião com a AML.

Dirigindo-se novamente ao senhor Vereador, disse que tinha sido só para lhe dizer as suas preocupações com a Quinta da Parvoíce e que devia ter colocado essa questão a si próprio e ao seu partido na hora certa e ao IHRU na hora certa, porque se não fosse a Sra. Presidente ter dado um “murro na mesa” e dizer que não saía de lá sem uma solução, uma vez que o que lhes disseram inicialmente era que não havia solução e que a câmara resolvesse. Mas acabou por haver uma solução, a solução intermédia da "Porta de Entrada" e nessa perspectiva, no máximo de 5 anos, tinham uma habitação definitiva.

Referiu que os moradores da Quinta da Parvoíce nunca tinham estado tão bem entregues.

Sr. Vereador Fernando José - Disse que tinha a indicação que eram 700 fogos, mas que ficou agora com a indicação do senhor vereador que eram 800.

Dirigindo-se ao senhor Vereador Carlos Rabaçal, disse que a explicação que tinha acabado de dar era uma explicação pragmática e assertiva daquilo que estava a acontecer na Quinta da Parvoíce.

Referiu que o que tinha ali alertado, também, para além de outras considerações que tinha feito e de perguntas que ali deixou, era da necessidade de existir uma melhor comunicação com os moradores, porque contrariamente àquilo que o senhor Vereador Carlos Rabaçal ali tinha acabado de dizer que o Vereador Fernando José não tinha conhecimento, respondeu que não sabia se tinha ou não, porque ele também tinha falado com as pessoas, também estinha estado no terreno e que não era de agora.

Mencionou que aquilo que os vereadores do Partido Socialista que ali estavam a dizer, era que não estavam ali a fazer nenhum número, era que efetivamente as pessoas estavam preocupadas e com muitas dúvidas e que havia muita desinformação. Podia ter existido um problema de comunicação por parte de quem tinha a responsabilidade de comunicar com as pessoas ou podia ter havido uma deficiência na receção da mensagem.

Disse que era tão fácil fazer-se um documento, uma brochura que explicasse isso às pessoas para que não existissem dúvidas, porque existiam dúvidas no terreno, existiam famílias que estavam na disposição de recuar. Questionou o senhor vereador se sabia ou não dessa situação.

Dirigindo-se ao senhor Vereador Pedro Pina, disse-lhe que não tinha que identificar nada e que sabia daquilo que estava a falar e que o senhor Vereador Carlos Rabaçal também não sabia do que estava a falar.

Alertavam para que aquele processo, que os colocavam a todos no mesmo lado, corresse efetivamente bem e que tinha que haver ali uma melhor comunicação e que era nesse sentido que apelavam para que fosse feito uma brochura e que a proposta feita pela Câmara Municipal de Setúbal, pelos técnicos da Câmara Municipal de Setúbal, junto das pessoas fosse colocada por escrito. Referiu que não era difícil de fazer e que aquilo que o senhor Vereador Carlos Rabaçal ali transmitiu de forma assertiva e pragmática fosse vertido num documento e entregue às pessoas. Disse ser tão fácil.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Respondeu que só tinha dito aquilo ali naquele dia porque não o dizia se a situação não estivesse quase a chegar ao fim. Quando tinham começado a falar com as pessoas, se tivessem feito um anúncio público daquilo, o Vereador Fernando José em vez de ter lá 81 agregados, tinha 200. A experiência da equipa técnica da câmara, a experiência do IHRU, a experiência política no trabalho com as pessoas ditou que lhes dessem a informação básica, que aquela situação ia ser resolvida, que iam ser realojados e que depois as antigas casas iam ser demolidas.

Explicou que cada pessoa foi recebida pessoalmente, foi-lhes pedido informação e dados e só iam ter a informação definitiva quando houvesse uma solução. Se fosse feito um anúncio público sem se ter o protocolo assinado com o IHRU e sem se ter o dinheiro na mão, iam-se

criar expectativas às pessoas, deixando-as completamente angustiadas e aflitas caso afinal o IHRU não assinasse nenhum protocolo.

Disse que a promoção pública desse acontecimento ia ser feita após a assinatura do protocolo, porque a partir daí era tudo público, e nessa altura já tinham todas as famílias que estavam no quadro do protocolo e tinham as famílias com outras soluções e elas sabiam uma a uma. Aliás, a informação para cada família não era igual nunca, até porque as situações daquelas famílias eram muito complexas e distintas.

Reforçou que não ia existir informação geral, ia existir a informação que a Sra. Presidente no momento oportuno anunciaria a assinatura do protocolo e as medidas que se iam tomar e a partir daí era público, mas já tinham aquilo confinado, tinham aquilo garantido em termos de pessoas identificadas, etc..

Referiu que o tipo de informação de que falou era um desastre total e que se via mesmo que não tinha qualquer experiência naquele trabalho no terreno.

Sr. Vereador Fernando José - Referiu que o que dissera não era para se fazer nenhuma apresentação pública, certamente que o senhor Vereador e a Sra. Presidente iriam fazê-la, mas não era isso que estava em causa, o que está em causa era se quando falassem ou quando voltassem a falar com as pessoas que fosse entregue um documento por escrito para que lessem e percebessem porque isso não estava a ser feito.

Acrescentou que nem todas as pessoas, famílias estavam a ser recebidas separadamente e nem todas as pessoas foram contactadas, porque existiam pessoas, naquele local, que lá viviam havia muitos anos e que não foram contactadas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Disse que as pessoas que lá moravam há muitos anos não precisavam daquilo, aliás, tinham um problema sério com isso. Referiu que o senhor vereador estava a pegar num problema que houve. Uma entidade que colocou e que foi buscar ao Porto uma pessoa que lá vivia há anos e que apareceu a dizer que estava ali e queria uma casa. Questionou se estavam a brincar com ele e se estavam a brincar com os técnicos que andavam no terreno a analisar as situações. Os técnicos que estão no terreno identificaram todas as pessoas e há 3 pessoas que dizem que isto é aquilo e que nunca apareceram e de repente, ontem de manhã, pela mão de quem o senhor vereador sabe e com quem falou, apareceu lá uma pessoa que veio do Porto.

Voltou a referir que, neste momento, o que estavam a fazer era um processo limpo e que o documento que o morador irá receber será o contrato de aluguer, isso é o que ele precisa.

Sr. Vereador Pedro Pina - Disse que era absolutamente inclassificável que naquele contexto, no tempo em que estavam a viver e até no quadro da discussão, que não houvesse rigor e seriedade na abordagem daquele assunto.

Referiu que o Vereador Fernando José na abordagem que fez, queria colocar em cheque o modelo, a metodologia da Câmara Municipal, mas estava a esquecer-se de um pequeno detalhe, era que não era só a Câmara Municipal que estava naquele processo e que existiam um conjunto de outras entidades sobre as quais não eram geridas por nenhum quadro do PCP, nem de nenhum militante partidário de forças que os senhores vereadores do PS pudessem qualificar de incapazes para dirigir o que quer que fosse que estava naquele processo.

Dirigindo-se ao senhor Vereador Fernando José disse-lhe para ficar seguro, porque quando falou do diagnóstico que, entretanto estava concluído, estava a colocar em causa, nomeadamente os técnicos da segurança social, dirigida pela Diretora Distrital da Segurança Social, e estava a colocar em causa os técnicos do IHRU que acompanhados pelos técnicos da Câmara Municipal, da Divisão de Direitos Sociais, da Divisão de Habitação Social e da Divisão de Fiscalização num trabalho hercúleo tinham feito as entrevistas individuais.

Explicou que os processos de realojamento, fossem em Setúbal, fossem em qualquer parte do país, eram processos complexos que exigiam da parte de todos a capacidade de perceber que, independentemente da condição social das pessoas que, infelizmente, pouco digna

viviam, mas que tinham particularidades que ultrapassavam, às vezes, até a compreensão e a percepção da realidade que transmitiam.

Disse que era bom que o senhor Vereador, em vez de se preocupar se a Câmara Municipal estava ou não estava a utilizar a metodologia adequada, se estava ou não estava a esquecer-se, que possa perguntar de uma forma efetiva e rigorosa o que era que de facto foi feito, em vez de querer colocar em causa um processo.

Considerando outros processos similares, que esta Câmara Municipal e que este executivo municipal resolveu neste concelho, relembrou nomeadamente o processo da Quinta da Caiada, até porque era vereador até essa data. Mais recentemente o processo da Mecânica Setubalense, acreditando que também era vereador nessa data, os quais foram processos lapidados de realojamento.

Esclareceu que os processos de realojamento eram complexos, as pessoas que viviam em circunstâncias como aquelas que as pessoas da Quinta da Parvoíce viviam, eram processos complexos e não valia a pena enganarmo-nos que, independentemente da condição de vulnerabilidade elevada com que aquelas pessoas se confrontavam e da falta de dignidade, a preocupação estava sempre presente e no que dizia respeito àquela matéria não era de agora que aquele executivo municipal se tinha preocupado com o processo de realojamento. Disse que o senhor Vereador sabia certamente, até porque era uma pessoa bem informada quer pela informação que melhor ou pior os vereadores daquela Câmara Municipal tinham partilhado ou por outras fontes que eventualmente também possam ter tido acesso como aquelas que naquele dia trouxe ali confrontando o Vereador Carlos Rabaçal sobre a Quinta da Parvoíce.

Disse que o senhor Vereador Fernando José sabia que, até num passado relativamente recente, outros movimentos da parte daquele executivo municipal junto do IHRU na sequência do processo de realojamento da ex-Mecânica Setubalense foram feitos junto do IHRU, o qual nunca mostrou disponibilidade e capacidade para resolver esse processo.

Era agora, uma vez mais, por persistência do executivo municipal, por persistência daqueles que tinham dirigido os destinos municipais, que era possível estarmos perto de conseguir dar àquelas pessoas a dignidade merecida de habitação. Para isso seria preciso um esforço de não se deixarem manipular por aquilo que não deva ser manipulável e no essencial daquilo que estava ali.

Disse que o senhor Vereador sabia muito bem, certamente até por técnicos, aliás o senhor falou na sua intervenção a propósito do COVID, para sabermos ouvir os técnicos, que o senhor vereador pudesse ouvir os técnicos da Segurança Social, ouvir os técnicos do IHRU e ouvir os técnicos da Câmara Municipal, antes de ali vir proferir algumas afirmações legítimas e ditas por algumas pessoas que, se calhar, no calor das informações que a partilharam não correspondiam à veracidade. Referiu que se não acreditasse nas informações que tinham sido dadas pelos vereadores tinha, certamente, acesso às informações do IHRU e às informações da Segurança Social sobre o diagnóstico concluído pelas partes que estiveram a realizar entrevistas individualizadas aos agregados. Era bom que o fizesse antes de ir ali proferir essas afirmações que eram absolutamente alarmantes e que em nada contribuíam para a resolução do problema da Quinta da Parvoíce.

O processo da Quinta da Parvoíce precisava de ser resolvido com seriedade política e não com os alarmismos e com os populismos associados de quem é que ia ficar com o ónus de o resolver. Nunca a Câmara Municipal quis tê-lo, não o teve na Quinta da Caiada, não o teve na Mecânica Setubalense e não vai tê-lo naquele momento na Quinta da Parvoíce e é bom que, também, não o tenha agora naquele processo. Era bom que existisse serenidade, tranquilidade e que se deixasse os técnicos do IHRU, da Segurança Social e da Câmara Municipal trabalharem com a segurança que assiste àquele processo para resolver definitivamente a situação da Quinta da Parvoíce.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Achou que o senhor Vereador Fernando José estava zangadíssimo pela situação da Quinta da Parvoíce estar-se a resolver, porque ia ter que deitar fora todos os papéis que tinha criado e montado e todas as teses eleitorais para



combater a Câmara Municipal a propósito da Quinta da Parvoíce, como já vinha acontecendo e que de repente perdeu o objeto.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Vereador tinha questionado se afinal o Partido Socialista se preocupava, se preocupou ou se nunca se terá preocupado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Achou que o senhor Vereador estava triste, mais que isso, zangado, porque tinha perdido um bibelot eleitoral, o que era uma pena, uma vez que as pessoas mereciam mais do que isso.

Sr. Vereador Fernando José – Respondeu que haviam situações com as quais não se deviam brincar e aquele era um tema com o qual não se deveria brincar, nem fazer chicana política, que era o que senhor vereador estava habituado a fazer.

Disse que o que ali trouxe tinha sido uma preocupação no sentido de existir uma melhor informação junto das pessoas.

Disse não saber do que é que estava a falar sobre o amigo do Porto. Voltou a referir que o estava a dizer era que haviam pessoas que ali residiam e que não foram contactadas e que depois podia passar essa informação.

Reforçou que o que lhe estava a dizer era que haviam pessoas que não foram contactadas e que o vereador não sabia do que falava, porque não tinha estado no terreno, mas que ele sabia do que estava a falar e que as pessoas, as famílias estavam com desconfiança ou por não terem percebido ou a informação não tinha sido bem passada.

Era essa a preocupação que o PS tinha tido para que existisse uma melhor informação, não pretendiam uma apresentação pública, certamente que a Câmara Municipal ia fazê-la e bem e na altura certa, mas o que se queria era que se passasse uma informação por escrito às pessoas sobre o que ia acontecer. A informação que lhes tinha sido dada era que até março tinham que encontrar casa e que elas, naquele momento, estavam confusas e baralhadas, o que as deixava desconfiadas.

Disse haver uma decisão, e bem, da Câmara Municipal e que reconheciam o trabalho que estava a ser feito com o IHRU, com a Segurança Social, mas como as pessoas estavam desconfiadas, apelou à existência de uma melhor informação. Disse que, também, podia ser deficiência por parte das pessoas em não perceberem a informação que lhes tinha sido passada e a bondade daquilo que lhes estão a querer fazer. O que era certo era que as pessoas não estavam a perceber e estavam desconfiadas e estavam a recuar nas decisões, o que era preocupante e o que se pedia era que quando se falasse com as pessoas, de forma simples, se desse uma informação por escrito para poderem até se aconselharem com outras pessoas. Concluiu que era simples.

Sr. Vereador Pedro Pina – Dirigindo-se ao senhor Vereador Fernando José questionou-o sobre o facto de ele ter dito que esteve no terreno, mas que não sabia se tinha estado ou não, mas era certo que não tinha estado nas entrevistas e se os técnicos que tinham estado nas entrevistas, se os técnicos do IHRU e da Segurança Social lhe transmitiram alguma informação.

Referiu que aquilo não era uma brincadeira de troca de galhardetes para ver quem é que tinha razão, e que o senhor Vereador estava a fazer afirmações em relação às pessoas estarem apreensivas com o processo. Era normal que estivessem apreensivas sobre o facto de alguém que tinha a sua residência, mesmo no quadro que se conhecia naquele local, porque qualquer pessoa estaria apreensiva quando existia um processo de realojamento.

Referiu que não era legítimo da parte do senhor Vereador, e disse-lhe com toda a candura e no respeito por aquela casa da democracia, que era bom que respeitasse os técnicos que entrevistaram os agregados que viviam, um a um, na Quinta da Parvoíce.

Informou que num espaço de três anos era o terceiro diagnóstico que era feito pelas três entidades, Câmara Municipal de Setúbal, IHRU e Segurança Social e que só lhe transmitia para que não houvesse ali o ónus de ser a Câmara Municipal. Disse para o Vereador pensar

bem quando colocava em causa a incapacidade daqueles técnicos, porque estava, também, a colocar em causa a Segurança Social e o IHRU.

Referiu que o que lhe estava a querer dizer era se tinha na sua posse informações de alguém que dizia que aquelas três entidades falharam na entrevista a algumas das pessoas que tinham residência na Quinta da Parvoíce, que fizesse chegar essa mesma informação e que dissesse a onde, não dissesse ali publicamente, mas que fizesse chegar essa informação. Isso é que era sério da sua parte, não era levantar ali uma celeuma lançando dúvidas.

Disse que não tinha que defender o Vereador, porque ele não precisava, mas que o Vereador Carlos Rabaçal, por acaso, em dois momentos distintos, fez, salvaguardando já as razões do período em que se estava a viver, dois momentos conjuntos depois das entrevistas realizadas com os moradores, duas sessões de esclarecimento onde estiveram os técnicos para informar os moradores. Podia não o ter feito e nem era prática na grande maioria dos processos de realojamento, como o senhor Vereador saberia e se não sabia bastava fazer esse inquérito aos processos de realojamento em muitos dos municípios do país, como Lisboa e Porto, onde a maioria deles aconteciam.

Continuou a dizer que o vereador ia ali afirmar que os vereadores da Câmara Municipal não tinham conhecimento do processo, perguntou se queria que lhe dissessem quantas vezes é que os técnicos da Câmara Municipal, da fiscalização, da habitação, da Divisão de Direitos Sociais iam ao terreno, se queria que lhe dissesse de cor qual era a parte de cima e a parte de baixo e qual era o processo que estava a ser feito.

Afirmou que era preciso que se cuidassem, até em respeito ao trabalho das pessoas para não se cair na tentação de se estar a fazer ali um conjunto de afirmações que, independentemente, da razão que lhe queira assistir ou da defesa do seu posicionamento, em respeito ao trabalho que estava a ser feito, mas acima de tudo para o processo. O senhor Vereador Fernando José tinha dito que estavam todos do mesmo lado, mas não parecia, porque não estavam todos do mesmo lado com esse tipo de postura que estava a ter.

Continuando a dirigir-se ao senhor Vereador Fernando José disse que se estivesse interessado em resolver o processo da Quinta da Parvoíce que o desafiasse a que, de uma forma escorreita, que acompanhasse aquilo que era o trabalho técnico, que não era só da Câmara Municipal, mas que era um trabalho acompanhado pela Segurança Social e pelo IHRU, que era o grande responsável pelo processo de realojamento como proprietário principal da Quinta da Parvoíce.

Reforçou que se tinha respeito pelo trabalho técnico, não lançasse o alarde e nem o alarme social que estava a fazer com o levantamento dessas questões. Perguntou se tinha questões, porque era legítimo que as tivesse, se tinha questões particulares, porque lhe tinham chegado por determinadas fontes então que as fizesse chegar ao Gabinete do Vereador Carlos Rabaçal ou ao seu gabinete informando que tinham conhecimento que determinado agregado não tinha sido considerado naquele processo. Como devia saber era uma prática comum nos processos de realojamento, bastava ver como tinha sido feito na Mecânica Setubalense, e se tinha dúvidas falasse com os técnicos do IHRU como o processo está a ser realizado e não lançasse o alarme social, que era o que estava ali a fazer. Continuou a dizer para não permitir que, algumas vozes, lhe chegassem a dizer que não estavam a ser informados, porque os processos de realojamento eram muito complexos e aquele processo exigia respeito pelos técnicos e era isso que se estava a fazer. Acrescentou, que não era pelos vereadores, era pelos técnicos.

Sr. Vereador Fernando José – Disse ter começado a sua intervenção por saudar algo que esta Câmara Municipal, que os vereadores da Câmara Municipal desconheciam, que era o processo de resolução do problema da Quinta da Parvoíce que estava a ser feito em colaboração estreita entre a Câmara Municipal, o IHRU e a Segurança Social. O que tinha começado por perguntar era sobre qual era o modelo que estava a ser seguido e depois disse que existia uma falha de comunicação e que a mesma poderia ser por parte de quem a transmitiu ou parte de quem a recebeu e que nesse sentido era preciso clarificar. Porque as pessoas não sabiam ou não tinham percebido ou não lhes tinha sido bem explicado se era a

câmara que iria arrendar as casas, se seriam as pessoas a arrendar e a câmara a ficar como fiadora, o que é que iria acontecer passados os cinco anos, o que era que ia acontecer às pessoas se durante esses cinco anos perdessem o emprego ou perdessem a capacidade de pagar. Foram estas as perguntas e depois ainda disse que existiam pessoas a quem foram dados os prazos até janeiro, depois até fevereiro e agora até março, para encontrar uma casa e abandonar aquele espaço.

Reforçou que foi a informação que as pessoas lhe tinham passado, e que a informação não foi passada de forma correta ou as pessoas não tinham percebido, mas que acreditava naquilo que o Vereador lhe estava a dizer.

Voltou a referir que a informação que ali o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha prestado às questões, e que eram questões que as pessoas tinham levantado, tinha sido uma resposta assertiva e pragmática e o que apelou à Câmara Municipal tinha sido que no contato que estava a ser estabelecido com essas pessoas que isso fosse posto por escrito de forma simples para que as pessoas percebessem e para quando falassem com A, com B ou com C não existisse um ruído e confusão à volta daquele assunto.

Voltou a referir e a repetir aquilo que dissera, que existiam pessoas, que lá residiam, que lá moravam havia vários anos e que não tinham sido contactadas no sentido de procurarem casa. Disse não estar a dizer que não tinham ido à entrevista, porque não sabia se tinha sido na entrevista que lhes tinha sido dito que procurassem casa ou se tinha sido noutros contatos posteriores, mas que ia fazer chegar essa informação, porque o que tinha dito foi que a informação tinha sido recolhida no terreno.

Terminou dizendo que, não valia a pena andar à volta daquilo que era alarme social e andar à volta do tema do COVID, como se tinha andado, isso já não contribuía para o alarme social. O que se pretendia e o que apelava à Câmara Municipal era que junto das pessoas prestassem uma melhor informação para que elas não recuassem naquela decisão importante, porque aquele era um passo importante para resolver, de uma vez por todas, aquele problema, mas dessem a informação por escrito às pessoas.

Sr. Vice-Presidente – Disse ao senhor Vereador Fernando José que não lhe dava qualquer crédito, o mínimo de crédito para querer mais do que qualquer um dos vereadores que ali estavam ou do que os técnicos, não quisesse saber mais do qualquer um dos que estavam a trabalhar para resolver um problema de forma exemplar, sem ruído, sem poeira e não quisesse o vereador ser mais interessado em que as pessoas fossem informadas do que todas estas pessoas. Não lhe dava esse crédito.

Referiu que os primeiros interessados em que as pessoas fossem bem informadas eram os que estavam a resolver o problema, não seria o senhor Vereador, mas que agradecia o facto de estar a levantar todo aquele ruído sobre um processo exemplar, a poeira que o senhor vereador estava a levantar.

Perguntou se não queria ruído, porque é que o fazia. Agradecia-lhe o facto de ter permitido aos senhores vereadores Carlos Rabaçal e Pedro Pina terem gasto tanto tempo a expor prolongadamente um processo exemplaríssimo de realojamento, na sequência de outros que já tinham feito e que os senhores mantiveram e que se resolveram. A exposição foi feita, como disse, pragmática, assertiva e exemplar de trabalho prático.

Disse que, segundo o senhor Vereador Fernando José, tinha falado com as pessoas e esteve lá e só depois é que se levantaram as dúvidas, as incertezas, as angústias e os recuos e questionou qual teria sido o seu papel.

Referiu que quem tinha feito os inventários, as entrevistas, o diagnóstico e quem tratou das soluções, na altura não tinha havido dúvidas, mas depois de falarem com o Vereador Fernando José todas as angústias e recuos tinham aparecido. Voltou a questionar qual estava a ser o seu papel. Disse que estava a estragar o papel que o executivo, a Segurança Social e o IHRU estavam a fazer.

Sra. Presidente – Disse que ia encerrar esta e outras questões que ali tinham sido colocadas.

Primeiro, disse que já tinha sido feito o tal papel com a decisão para se enviar para o Secretário do Estado Duarte Cordeiro e para se enviar ao Governo.

Informou que o executivo da Câmara Municipal de Setúbal tinha defendido naquele dia, por unanimidade, em reunião de câmara realizada nos Paços do Concelho e na sequência de posições, também, unânimes tomadas pelas entidades representadas nas Comissões Concelhia e Distrital da Proteção Civil, que as medidas de confinamento em vigor deviam ser mais restritivas, em particular no que dizia respeito aos Estabelecimentos de Ensino, com o objetivo de achatar a curva epidemiológica e de salvar vidas.

Os vereadores de todas as forças políticas, representadas na Câmara Municipal, defendiam que para combater a rápida escalada da pandemia, era fundamental que se fechassem todos os Estabelecimentos de Ensino e nesse sentido apelava a que o Governo decretasse de imediato aquele encerramento.

Perguntou se estavam todos de acordo e disse que não era para ser votado, porque já tinha visto aquela situação ali e chegado a um consenso e que se ia enviar aquela decisão para o Sr. Secretário de Estado. Explicou que em vez de ir a ata, ia aquele documento.

Em relação aos assuntos ali colocados pelo Vereador Nuno Carvalho disse que já tinham sido respondidos, aos do Vereador Fernando José também já tinham sido respondidos, de qualquer modo a Presidente tinha que dizer algo sobre o assunto.

Referiu que em relação às obras, era falso e continuava a ser falso as declarações proferidas pelo Vereador Fernando José. Não era falso que ele tivesse ali chamado a atenção àquele problema, mas o que era falso era que em resultado disso a Câmara Municipal tivesse decidido ir fazer a intervenção, porque dava a ideia às pessoas que se não fosse o PS coitadinha de Setúbal. Setúbal chegou ao que chegou, porque foi o PS que a colocou naquele estado e era melhor aquilo ficar bem assente. Setúbal tinha chegado ao estado a que tinha chegado, porque infelizmente o Vereador Fernando José não estava lá na altura, não estava desperto e não tinha alertado o executivo do Partido Socialista para a vergonha do bairro social e que o outro bairro não tinha uma intervenção havia bastantes anos, todos os bairros de uma ponta à outra. Como não estava lá o vereador Fernando José, o executivo do Partido Socialista descansou e não tinha resolvido as situações. Agora, como estava lá o Vereador Fernando José dava a ideia de que tudo o que se fazia era porque ele chamava a atenção e ia-se fazer.

Disse que era preciso ter cuidado, que não estava a dizer que não chamasse a atenção, mas que não era nessa sequência que as situações eram resolvidas, porque, tal como tinha dito o Vereador Carlos Rabaçal, eram questões que têm que ser preparadas, não é o mesmo que dizer que ali naquele passeio está um buraco e que estão ali várias pedras que estão saídas e que têm que ir lá tapar o buraco para que não caia ali ninguém e se magoe. Disse que não era nada disso.

Informou que a Reboreda não foram dois tostões, no Montalvão está a ser resolvido o estacionamento, mas tem que ser resolvido muito mais, tem que ser feito uma intervenção ao nível da intervenção que foi feita para os combatentes. Referiu que os combatentes era só uma avenida e o Bairro do Montalvão ainda tinha muitas ruas e que a intervenção nos combatentes foi feita em duas fases, foi feita a fase do saneamento, das águas pluviais, das eletricidades em primeiro lugar no ano passado, depois como não se tinha dinheiro e as coisas continuaram a funcionar, porque o que estava por baixo era extremamente importante para não ter sido resolvido e assim que receberam os fundos comunitários começaram a fazer a segunda intervenção. Será a primeira rua que irá ficar de nível, não há cá mais nenhuma de nível, é a primeira dentro de um projeto muito alargado que se pretende, por exemplo, para o Bairro do Montalvão, para o Bairro Salgado, etc., etc.

Reforçou que não era verdade que tudo isto tenha sido na sequência e que isto se chamava desonestidade que o vereador Fernando José permanentemente faz. Disse que achava que o vereador andava muito nervoso e que ia a muitos sítios que o executivo da câmara normalmente não ia, como ao Movimento Associalivo, às Instituições Culturais, desportivas, etc., até à Quinta da Parvoíce, mas nunca o vimos na Quinta da Caiada e nunca o vimos noutros sítios, mas também já deve ter ido à Bela Vista. Nunca o viram em nenhum desses

sítios, mas provavelmente deverá estar a preparar a sua candidatura autárquica. Disse que tinha que se trabalhar, porque nada cai do céu.

Voltou a dizer que o vereador estava muito nervoso e que em Setúbal o melhor que podia acontecer ao povo setubalense era a candidatura do vereador Fernando José.

Mencionou que ficava muito satisfeita por saber que está na Quinta da Parvoíce e que, provavelmente, tendo em linha de conta aquilo que disse, até tem conhecimento daquilo que se passa por detrás de alguns destes pedidos ou daqueles que dizem que lá moravam e que os técnicos da câmara ou os da Segurança Social nunca os tinham encontrado. Explicou que esses técnicos já lá andam há três anos seguidos a fazer levantamentos em relação às pessoas que lá moram.

Tal e qual como esperavam que venham a aparecer agora pessoas que vêm de uma série de sítios a dizerem que também lá moravam, porque os outros moradores disseram isso. Referiu que era estranho que o vereador Fernando José não soubesse de casos de pessoas que mandam vir os seus familiares de Angola e que alguns arranjam aqui um cantinho para que rapidamente se arranje uma casa municipal ou outra. Questionou o vereador Fernando José se não sabia que isto acontecia, se não sabia que existem entidades que estão a dar tijolos, etc., etc. para promover que isto aconteça.

Voltou a questionar o vereador Fernando José se achava justo que estas pessoas que estão a vir a mando, até de redes preparadas, para ganhar dinheiro com estas pessoas pobres e que às vezes vêm à procura de trabalho e que, através destas redes que lhes levam dinheiro, chegam aqui e encontram uma casa miserável e depois ficam à espera de uma casa municipal.

Disse que era verdade que lá estavam pessoas que moram lá há uma data de anos e que têm direito a ter uma habitação condigna, há lá pessoas que fazem um grande esforço e que têm filhos na universidade, porque se tivessem numa outra casa tinham que pagar uma renda e já não poderiam ter os seus filhos a estudar na universidade. Existe lá um ou dois casos destes e esses são aqueles que têm toda a legitimidade para serem apoiados, tanto quanto os outros que estão em listas de espera aqui no município à espera de uma casa. Esses têm toda a legitimidade, agora outros que estão nestas redes, neste tráfico e que estão a ser possivelmente "apoiados" por tanta gente que quer o holofote em cima deles para tirar daí proveitos político-partidários. Reforçou que esta situação era uma vergonha, que não tinha classificação.

Referiu que os moradores quiseram falar com um Deputado da Nação, esse Deputado da Nação que tem ligações ao IHRU e a outras entidades governamentais, ou pelo menos tem canais para chegar lá, porque é que não resolveu há mais tempo isto que este executivo fez, que chegaram lá e que a Sra. Presidente teve que dar um murro na mesa e dizer que dali não saía sem esta situação estar resolvida. Disse ter sido ainda umas horas de discussão e no fim da mesma o IHRU abriu uma série de possibilidades que tem que ver com estes novos programas e pediu para que fossem ao terreno com técnicos da câmara, da Segurança Social, que já estava no terreno, e poder-se canalizar através destes programas.

Esclareceu que não podia ser noticiado, porque se não uma série de pessoas que utilizam alguns destes expedientes iriam aproveitar-se.

Disse que tinham uma informação de cinquenta e tal famílias, e hoje já estão aí 72. Pediram às pessoas que lá estavam para se fechar aquele número, porque não era justo para aqueles que cá estão, que não estão ali na Quinta da Parvoíce, mas que estão aí também com grandes dificuldades e com grande sacrifício não fossem contemplados com estas casas, com estes programas.

Conseguiu-se com este programa da renda apoiada e com a garantia, por parte do IHRU, que estas pessoas serão as primeiras a serem realojadas, até porque é o IHRU que irá pagar as rendas.

A notícia disto foi o que o senhor vereador estava a dizer, que havia pessoas de lá que não foram contactadas e o perigo é exatamente este, aparecerem uma data de pessoas a dizerem que não foram contactadas. Todas as pessoas que estavam no registo da Segurança Social e no registo da câmara foram todas contactadas e até alguns que estão a trabalhar fora, porque

existem famílias que têm alguns familiares a trabalhar em Espanha ou no Algarve, e que têm aqui a base que é aquela casinha. Vão trabalhar noutros sítios e até esses foram contactados para terem na mesma esta possibilidade da tal renda que vai ser paga neste programa do Governo e que depois será realojado rapidamente. Agora isto tomar uma proporção tal e qual como para se pagar a renda àquelas pessoas, no âmbito de uma estratégia local de habitação social, esperava que fosse aprovada pelo IHRU, que rapidamente apreciou o processo, tendo até aprovado com maior rapidez para que tudo estivesse em consonância, uma vez que aquele tipo de programas obrigava a que tudo estivesse aprovado. Por essa razão os técnicos das Obras Municipais, do Urbanismo, da Inclusão Social, de Habitação Social, tiveram que andar rapidamente, sendo que muitos deles trabalharem aos sábados e domingos, no sentido de elaborar os documentos estratégicos que eram a base dos programas e sem que fossem aprovados não poderiam ser ativados. Na verdade, só tiveram hipótese de fazer aquilo tudo, porque quando se dirigiu com o vereador junto dos representantes do IHRU terá dito que dali não sairia sem que a situação estivesse resolvida. O IHRU abriu uma porta, seguindo a legislação e solicitou-nos ainda mais alguns documentos, alguns estudos, o que não impediu que já tivessem os projetos das casas concluídos. Tinham projetos de habitação de renda acessível e de renda apoiada, sendo os de renda acessível em território do IHRU e os de renda apoiada, que era dirigido aos mais pobres, em terrenos do IHRU que tinham que ser cedidos em contrapartida à Câmara, porque eles não iriam pagar as taxas de construção e essas taxas podiam ser pagas em contrapartidas, razão pela qual aqueles terrenos das contrapartidas eram destinados à construção à renda apoiada. Significaria que as pessoas passariam imediatamente para aqueles prédios num prazo máximo de cinco anos, sendo que até ao quinto ano estaria garantido o pagamento por parte do IHRU das habitações daquelas pessoas e, entretanto, as casas já estariam concluídas. Os técnicos tiveram que fazer os loteamentos e o prédio tipo, para que tudo pudesse ser aprovado naquele processo de PER, a ser misturado com outro tipo de habitação espalhado pelo município para não continuarem a criar guetos. A experiência de todos os municípios já os ensinaram que aquelas habitações deveriam ser salpicadas, construídas na malha urbana e não em guetos específicos, no sentido de não lhes arranjar mais um problema, por essa razão não iriam cometer os mesmos erros. Os projetos tinham sido feitos, os modelos dos prédios foram feitos de forma rápida, os técnicos foram incedíveis, quer os técnicos do terreno, os técnicos do IHRU, da Segurança Social e da Câmara, quer os técnicos dos projetos, todos foram incansáveis, no sentido de andarem a correr, para que as pessoas rapidamente pudessem ter as suas casas e saírem daquele sofrimento.

Não tinha sido possível ter-se feito antes, porque nunca lhes tinha sido dado abertura antes. Seria altura de parar com aquele tipo de folclore. Podiam chamar as televisões, mas deveriam ter vergonha em relação a isso.

Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Solicitou ao senhor vereador que fornecesse o nome para que os técnicos pudessem cruzar aquele tipo de informação.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Leu a seguinte recomendação, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 6:

“Recomendação

Serviço de Transporte Público na Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros intermunicipais e municipais delegados.

4

As recentes medidas de confinamento apontam para uma diminuição de utilizadores de transportes públicos no concelho de Setúbal, onde a AML é a autoridade de transportes competente.

Ainda assim, no sector privado e do Estado são várias as áreas que se mantêm com atividade plena ou parcial, e conseqüentemente ocorre a necessidade de mobilidade de pessoas.

Neste sentido, é crucial assegurar que as redes de transporte existentes cumpram com as necessidades dos utentes que, mesmo no atual contexto de pandemia, mantêm as suas deslocações para o local de trabalho.

Verifica-se que o Decreto-Lei n.º 6-B/2021 de 15 de janeiro estende a aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária, Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, passe 4_18@escola.tp, passe sub23@superior.tp, e passe Social+ até ao fim do ano de 2021. Programas aplicáveis a transporte público e transporte escolar.

Contudo, a abrangência destes programas não é plena quanto ao território e tipo de transporte. Deste modo, nada impede que possam ocorrer supressões como as que verificaram na Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.

Deste modo, é fundamental que a AML esteja articulada com o Ministério do Ambiente e Ação Climática e com o Ministério de Infraestruturas para que as ligações fluviais, ferroviárias e rodoviárias mantenham em funcionamento a rede de transportes públicos. É particularmente importante que o serviço existente assegure o transporte de passageiros em condições de segurança e que reforce, se necessário, determinados serviços para que essas condições sejam asseguradas.

O governo indica que 87% dos contágios não é conhecida, logo torna-se evidente que a segurança nos transportes público no contexto de pandemia exige que seja assegurado com todas as condições recomendadas pela DGS, porque não existe certeza sobre qual o eventual grau de contágio que ocorre no serviço público de transporte.

Pelo exposto neste documento o vereador eleito pelo PSD propõe que o Município de Setúbal recomende à Área Metropolitana de Lisboa o seguinte:

Que a organização, planeamento, desenvolvimento e articulação da rede do serviço público de transporte de passageiros mantenha ativas as linhas e adaptadas a eventuais reforços que sejam necessários

Que o serviço público de transporte que não é da responsabilidade da AML mantenha e promova a interligação ao serviço de transporte rodoviário.

Que uma eventual baixa procura na utilização do transporte público regular tenha uma resposta ajustada às necessidades dos cidadãos, mesmo em regiões de baixa densidade populacional e em períodos noturnos ou aos fins de semana.”

Sr. Vice-Presidente – Disse que o senhor vereador Nuno de Carvalho teria “trocado as mãos” na parte deliberativa, e se fazia uma recomendação deveria querer recomendar que se propusesse e não o contrário. Estava a recomendar à Câmara que propusesse à Área Metropolitana e se era uma recomendação não seria uma proposta. Considerava aquela recomendação de uma candura que o sensibilizava um pouco, porque o senhor vereador estava cheio de vontade, quase que lhe apetecia dizer que se tratava de uma “lapalissada”. Questionou o senhor vereador Nuno de Carvalho sobre o que é que acharia que a Câmara estaria a fazer naquela área. Questionou o senhor vereador Nuno de Carvalho sobre o que acharia dos técnicos do município estariam a fazer perante aquele processo da constituição da Empresa Transporte de Lisboa, que tinha sido formalizada na semana anterior. Estariam precisamente a tentar e a gerir aquelas necessidades, em função das restrições de circulação de pessoas, de segurança naqueles que precisavam de se deslocar e da quantidade de transportes suficientes, mas não exagerados. Era aquele o papel da Empresa Transportes de Lisboa que estava a ser feito naquele momento, era aquele o papel da AML. O senhor vereador Nuno de Carvalho recomendava que fizesse o que estavam a fazer.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Ficou sensibilizado com as palavras do senhor Vice-presidente Manuel Pisco. Quem estava na oposição quando ouvia alguém que estava no

poder dizer estava a fazer exatamente aquilo a que se propunha, certamente ficaria sensibilizado. Na realidade não sabiam como é que as coisas iriam evoluir, o que é que iria ficar aberto e o que é que ficaria fechado. Poderiam ter situações em que aquilo que era linhas de transporte, que no passado não tinham especial expressão poderiam vir a ter. Não sabiam daqui por um mês ou duas semanas se teriam que montar hospitais de campanha. A ligeireza com que o senhor Vice-Presidente encarava a situação era uma forma incorreta de abordar o tema. Quanto ao contágio que poderia existir ou não na rede dos transportes públicos, o senhor Vice-Presidente saberia tanto quanto ele, que era zero! Não sabendo do que se passava na realidade, a única coisa que poderiam fazer era evitar que nada ocorresse.

Aquilo que eram os serviços essenciais fundamentais, que transformavam aquilo que era a mobilidade normal do concelho num período de confinamento da Área Metropolitana de Lisboa, para os mesmos pudessem ser assegurados. Poderiam existir pessoas que necessitassem de sair às seis da manhã e tinham que ir trabalhar. Se o senhor Vice-Presidente lhes dissesse que no primeiro confinamento aquela situação tinha sido assegurada, na realidade não o tinha sido, no entanto se o senhor Vice-Presidente dissesse que no atual confinamento essa situação ocorria em todo o lado, na realidade não ocorria. Tinham a linha da Fertagus, a linha da APSS fluvial, que era do Ministério das Infraestruturas e a linha da Soflusa, que foi a única que veio a público informar que assegurava, pelo que questionou o senhor Vice-Presidente se os outros transportes rodoviários também se iriam assegurar e adaptar. Era evidente que aquilo não dependeria apenas da AML, isto dependia também do Ministério da Ação Climática de Infraestruturas, porque eles é que tinham que garantir o valor adicional para que se mantivesse a adaptação, como tal teriam que ser eles a financiar. Questionou o senhor Vice-Presidente se pretendia que o mesmo caísse sobre a responsabilidade da Câmara Municipal, a não ser que pretendesse uma outra coisa diferente, em função daquilo que era a sua gentileza com o tema e com a proposta, que se incluísse que a recomendação se estendesse ao Ministério da Ação Climática de Infraestruturas, porque fazia sentido essa ligação, apesar da entidade competente ser a AML. A Câmara teria que recomendar à AML, dentro daquilo que era a sua atuação na AML e teria que fazer com que aquela comunicação com os ministérios responsáveis das Infraestruturas e Ação Climática pudessem correr bem. Apenas estava a decorrer um único programa que era aquele que tinha sido apontado no Ministério de Ação Climática, o restante ou era assegurado pela AML e havia dinheiro para isso. Mas se não existisse dinheiro, questionou o senhor Vice-Presidente sobre quem é que pagaria, como é que fariam e o que é que poderia ocorrer.

Sr. Vice-Presidente – Questionou o senhor vereador Nuno de Carvalho se pretendia reforçar os transportes em pleno confinamento.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Disse que se poderia adaptar o transporte flexível.

Sr. Vice-Presidente – Questionou o senhor Vereador Nuno de Carvalho se estaria a propor o uso de mais transportes em pleno confinamento. Questionou se tinha ocorrido mal anteriormente, ou quando se tinha começado a desconfinar. Tratava-se da gestão do sistema, falaram com os operadores e foram monitorizando o retorno. Aquilo era o que competia à empresa metropolitana de transportes fazer, que era isso mesmo que estava a fazer. Não estava a contrapor o senhor vereador Nuno de Carvalho, no entanto concluiu a recomendação, que estaria a agradecer que recomendasse que se fizesse aquilo que estava a ser feito.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o senhor Vereador Nuno de Carvalho tinha a grande capacidade e o mérito de os colocar sempre de acordo com aquilo que propunha, quer fossem recomendações ou propostas, e naquela recomendação a bancada do Partido Socialista não poderia dizer que não. Tal como havia referido o senhor Vice-Presidente tratava-se de uma “la paliçada”. Naquela recomendação concordavam com tudo, tratava-se

de uma recomendação sobre aquilo que provavelmente estaria a ser feito e o esforço que seria feito para ultrapassar as dificuldades que se apresentavam. Aquela recomendação não seria votada, no entanto a sua bancada estaria de acordo com a mesma.

Sra. Presidente – Sugeriu mais uma vez que o senhor Vereador Nuno de Carvalho não faltasse a mais nenhuma reunião de câmara.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Disse que aquela preocupação tinha nascido dos sindicatos, da CIP e dos utentes do Porto. No entanto até àquela altura ainda não tinha havido resposta, porque aquilo não estaria articulado, pelo que deveria sempre existir aquela preocupação e ficava bem acompanhar a preocupação. Considerando que o município de Setúbal pertencia à AML e que o tema dos transportes era relevante, valeria sempre a pena, a não ser que o senhor Vice-Presidente tivesse resolvido, mas como não estava resolvida a situação e não se esperava que viesse a ser resolvida, porque estavam perante uma situação nova e diferente e provavelmente não haveriam meios na AML nem recursos financeiros para resolver aquela situação, o que obrigaria o envolvimento de outros ministérios. Como tal considerou que ficaria bem aquela tomada de posição, a acompanhar a preocupação de quem andava nos transportes públicos. Certamente que naquele caso não estariam em desacordo como seria evidente. Ficaria registada a fonte das preocupações.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Luís Machado Luciano, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 7:

“Voto de Pesar

Luís Machado Luciano

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento, aos 85 anos, no passado dia 11 de janeiro, do médico setubalense Luis Machado Luciano.

Embora tivesse nascido na cidade de Malanje, em 1935, Machado Luciano fez-se, ao longo da vida, o setubalense de coração e alma que, no momento da partida, a Câmara Municipal homenageia, ao mesmo tempo que manifesta o agradecimento da cidade e do concelho pelo profundo empenhamento que este clínico sempre colocou nas tarefas em que se envolveu para fazer de Setúbal uma cidade melhor.

Distinguido com a Medalha da Cidade na classe Ciência e Tecnologia no dia 15 de Setembro de 2018, Luis Machado Luciano, que residia na cidade sadina há mais de quarenta anos, era licenciado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa desde 1962. Concorreu, em 1964, a interno dos Hospitais Cívicos de Lisboa, terminando a formação na área cirúrgica em 1969.

Entre 1974 e 1976, em período de grande instabilidade política, integra várias comissões instaladoras no Hospital de Setúbal e, em 1985, fez parte de um grupo de cirurgiões que elaborou os estatutos de constituição da Sociedade Portuguesa de Cirurgia, tendo também feito parte da primeira direção eleita.

Desempenhou, em dois mandatos sucessivos, o cargo de presidente da Assembleia-Geral da Setúbal Polis 2001 e teve ativa participação política na vida autárquica do concelho como mandatário da candidatura da CDU, em 2001, a esta câmara municipal.

Manteve, até ao fim da vida, permanente disponibilidade para a participação cívica e, nesse contexto, foi, igualmente, presidente da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e integrou ainda os órgãos sociais da Liga dos Amigos do Hospital de São Bernardo e da Liga de Apoio Comunitário em Prol do Estudo das Doenças Infeciosas.

Entre pares e amigos destacam-lhe a permanente vontade de ajudar os outros, assim como profundo empenhamento na profissão médica.

Homens como Machado Luciano deixam-nos fisicamente, mas deixam um legado e uma marca na cidade que integrará a memória coletiva setubalense que hoje somos os primeiros a honrar.

À família enlutada a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames.”

Sra. Presidente – Disse que se faria um minuto de silêncio após a leitura de todos os votos de pesar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Luís Machado Luciano, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8:

“Voto de Pesar:

Luís Machado Luciano, faleceu no passado dia 11 de janeiro. Tinha 85 anos. Partiu um amigo de Setúbal e dos setubalenses, que neste nosso concelho deixa um valioso legado pelo enorme percurso profissional e interminável exercício de cidadania. Médico distinto, cidadão de mérito, amigo e solidário. Um homem de convicções fortes e relevante intervenção política, cívica e cultural. Um exemplo ao serviço da pessoa doente e um acérrimo defensor do Serviço Nacional de Saúde.

Presidente na Comissão Instaladora do Hospital de São Bernardo no pós 25 de Abril, Diretor de Serviço de Cirurgia, Diretor Clínico, Co-fundador da Sociedade Médica dos Hospitais da Zona Sul, Responsável pelo Programa Polis em Setúbal, Presidente da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão/LASA, Presidente do Conselho Consultivo da Liga de Amigos do Hospital São Bernardo/LAHSB-CHS, são exemplo do percurso de vida dum bom Homem, que ficará para sempre na nossa memória coletiva.

Neste momento de dor, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, endossam à família enlutada os sentidos pêsames e propõem nesta sessão de câmara que o seu nome seja perpetuado numa das artérias da nossa cidade.”

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Quaresma Rosa, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9:

“Voto de Pesar

Capitão Quaresma Rosa

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento, aos 89 anos, no passado dia 16 de janeiro, do Capitão Quaresma Rosa, militar do Exército que, entre 1982 e 1996, desempenhou as funções de Comandante da então denominada Companhia de Sapadores Bombeiros de Setúbal.

Quaresma Rosa foi nomeado Comandante dos bombeiros setubalenses em 18 de fevereiro de 1982 e em 1984 seria nomeado Comandante da Zona Operacional de Setúbal Leste. Por sua iniciativa, é feita a proposta de passagem dos bombeiros municipais de Setúbal a Companhia de Sapadores Bombeiros, passo que representou evolução muito significativa na profissionalização da prestação de socorro no nosso concelho.

Recebeu, ao longo da carreira como comandante dos Sapadores, vários louvores da inspeção superior de bombeiros, assim como Medalha de Dedicação e Mérito, Grau Ouro, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal.

À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o comandante Quaresma Rosa tinha sido também responsável pela instalação no novo quartel dos bombeiros, uma vez que tinha conduzido todo o processo inicial.

O comandante Quaresma Rosa deixou uma cultura de socorro e de ética de bombeiros insuperável, que percorreu alguns dos mais velhos que ainda exerciam funções e foi muito marcante para a companhia. Naquele dia pela impossibilidade de poderem participar no funeral por razões óbvias, os bombeiros Sapadores de Setúbal, aquando da passagem do corpo frente à companhia foi feita uma guarda de honra e foi feito o toque de silêncio. Foi possível falar com o irmão com a esposa, a filha, com os sobrinhos e outros familiares, tendo

sido traduzidos os sentidos pêsames da Câmara Municipal de Setúbal. Tinha sido muito tocante aquele momento onde tinham estado muitos bombeiros espalhados ao longo da rua, sobretudo aposentados que não podiam estar na formatura, que foram prestar a sua homenagem ao comandante Quaresma Rosa.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Pardete Ferreira, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10:

“Voto de Pesar

Faleceu o Dr. Pardete Ferreira

Partiu um amigo de Setúbal e dos setubalenses

Conhecido Médico Cirurgião que conta no seu percurso clínico também o exercício da medicina desportiva.

Foi Diretor Clínico do Hospital de São Bernardo.

Fez parte ativa da Direção da Casa do Pessoal do Hospital de São Bernardo e integrou os Órgãos Sociais da LIGA, onde desempenhou o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Liga de Amigos do Hospital São Bernardo/LAHSB-CHS.

Teve relevante intervenção cívica, associativa, filantrópica, cultural e desportiva.

Foi Escritor, Membro do Rotary e jogador de andebol no Sporting Clube de Portugal.

Neste momento de dor, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal, endossam os sentidos pêsames à família enlutada, propondo que o nome de Pardete Ferreira, seja perpetuado numa das ruas da nossa cidade.”

Sra. Presidente – Disse que a CDU se associava ao voto de pesar pelo falecimento do Dr. Pardete Ferreira, que era extremamente justo, porque se tratava de mais um setubalense de mão cheia e um homem que não podia passar incógnito na história daquela terra.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava ao voto de pesar pelo falecimento do capitão Quaresma Rosa.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Disse que se associava aos votos de pesar que tinham sido apresentados.

A pedido da Sra. Presidente, fez-se um minuto de silêncio em homenagem aos falecidos.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Retificação à ata da reunião ordinária de câmara de 18 de novembro de 2020

A Sra. Presidente submeteu a retificação da ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião e em minuta, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 11, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 06 de janeiro de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.



3. Deliberação n.º 07/21 – Proposta n.º 01/2021 – DCIRT/DITUR – Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias de Setúbal para Todos”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 08/21 – Proposta n.º 02/2021 – DCIRT/DITUR – Apresentação de candidatura da Praia da Figueirinha ao galardão Bandeira Azul 2021

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 09/21 – Proposta n.º 03/2021 – DCIRT/DITUR/GAFE – Aceitação de Doações – Árvore de Natal (2017-2020)

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 10/21 – Proposta n.º 04/2021 – DCIRT/DITUR/GAFE – Aceitação de Doações – SETÚBAL CHRISTMAS FEST 2020

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 11/21 – Proposta n.º 03/2021 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 6/2020 – DRH/DIGAT/GC/SS contra Helder Filipe Escaleira Afonso

O Senhor Vice-presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha tido a informação que na Câmara Municipal de Alcácer do Sal os processos disciplinares eram debatidos na reunião pública, enquanto que ali não os debatiam, significava que ou a câmara de Setúbal estaria a fazer de forma

4

correta ou a câmara de Alcácer estaria a fazer de forma incorreta. Na realidade nunca lhes tinha sido permitido poder debater num processo disciplinar. Naquele caso estariam a falar de uma suspensão de 90 dias tendo por detrás questões relativas à parentalidade, parecia-lhe uma sanção excessiva a ser aplicável ao trabalhador. Era uma prática nunca falar naquelas reuniões de câmara sobre as questões dos processos disciplinares.

Sra. Presidente – Disse que os vereadores tinham acesso aos processos, poderiam ver exatamente o que se tinha passado.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era precisamente por ter tido acesso ao processo que estaria a falar, considerando excessivo 90 dias de suspensão, quando estavam em causa matérias de parentalidade, ainda a mais no atual contexto.

Sra. Presidente – Disse que não tinha sido assim tão simples, como o vereador estaria a falar, no entanto passaria a palavra ao senhor Vice-Presidente.

Sr. Vice-Presidente – Referiu que o debate não tinha sido impeditivo, mas teria que ser com a abstração necessária para não invadir o processo. Não se poderia entrar dentro da matéria do processo, no entanto as considerações em torno seriam outra coisa. Um processo era a decisão final de um apuramento de factos e de responsabilidades sobre comportamentos. Aquilo que o senhor vereador tinha feito era uma consideração e como tal merecia uma explicação. O processo não recaí sobre questões de parentalidade, mas sobre ele as infrações aos deveres que tinha mencionado e que constavam da proposta. Era sobre os comportamentos e não sobre nenhuma questão de parentalidade.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor (“SIM”), 3 votos contra (“NÃO”) e 1 voto em branco.

8. Deliberação n.º 12/21 – Proposta n.º 01/2021 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA”

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela obra iria arrancar no dia 22, com o encapsulamento do telhado em telhas de fibrocimento. Não estavam a pensar em demoli-las tendo em conta que havia uma perspetiva de substituir aquele quartel por outro dentro de alguns anos, já estando a trabalhar nessa alteração, pelo que não se justificava um investimento tão pesado. Toda a informação que tinham do ponto de vista técnico era completamente seguro o encapsulamento nos termos em que estava a ser desenvolvido.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



9. Deliberação n.º 13/21 – Proposta n.º 01/2021 – DCDJ/DISOC – Renovação do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – InComun

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 18 e 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 14/21 – Proposta n.º 02/2021 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Apoio às Atividades

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 e 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 15/21 – Proposta n.º 03/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Academia de Rugby Clube de Setúbal. Candidatura ao PRID 2020

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23, o tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 16/21 – Proposta n.º 04/2021 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão”. Protocolo de colaboração e apoio financeiro no período de janeiro a abril de 2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Relativamente aquele protocolo tal como havia referido e muito bem o senhor vereador Pedro Pina, já tinha uma determinada longevidade e era compreensível o que estava em causa em relação ao valor em concreto e era perceptível que se referia àquilo que era a prestação de trabalhos dos professores, que antes estaria tudo incluído na Câmara Municipal e havia sempre o argumento da oposição sobre os assessores, e desde então aquele argumento caiu. A dissociação por muito que possa ser feliz, no que dizia respeito a alguma clareza que trazia às contas da Câmara Municipal, não impedia que não se deixa de sublinhar uma questão que já terá apresentado várias vezes e que era sensível, porque o volume que a associação tinha de apoio à Câmara Municipal era muito superior àquilo que era a média, tal como poderiam verificar e era algo contínuo. Se o valor

4

que o município de Setúbal, que era substancial, doava à Associação A ONDA no montante de 50% ou mais, o que lhe parecia que viesse a ser uma parte significativa das receitas, mas poderia estar enganado, daí a sua questão, caso assim fosse aquela associação estaria obrigada por essa mesma linha, àquilo que eram as mesmas regras de contratação por parte do município de Setúbal, a contratação pública. Como se tratava de uma relação com alguma longevidade era importante perceberem se a associação cumpria ou não aquelas regras, se estava obrigado ou não, porque era ali presente o relatório de atividades, que não estaria em causa, estaria ali uma associação que cumpria serviço muito importante para a comunidade, que não estaria em causa e pretendiam que continuasse a cumprir com a melhor das condições, o que significava não ter qualquer tipo de interferências, inclusive naquele tipo de formalismos que era razão de ser, a transparência das contas públicas e as contas que ali estavam em causa, eram aqueles que eram transferidos do município para a associação, para cumprir um fim público. Não pondo em causa o propósito do valor, o propósito da associação, questionou se aquele formalismo era requerido ou não, se era necessário ou não ou se porventura também não teriam conhecimento do mesmo.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se tratava de uma pergunta legítima relevante reconhecer que da parte do Partido Social Democrata, sempre ao longo do tempo, quer pelo vereador Nuno Carvalho naquele mandato, quer anteriormente pelo vereador Luís Rodrigues, em que sempre houve aquela preocupação da clareza sobre a relação estabelecida entre a Câmara Municipal e a Associação A Onda. Tinha havido da parte da Câmara Municipal um esforço no sentido de tornar aquele processo que não fosse opaco. Nas informações que tinham acesso por parte da associação, naquilo que eram os documentos que solicitaram na legalidade que aqueles procedimentos teriam que ter da Câmara Municipal com aquela entidade, sentiam-se confortáveis no cumprimento das regras estabelecidas entre a Câmara Municipal e a associação e no cumprimento das regras que a associação teria que ter com as entidades competentes face àquilo que eram os encargos tinham, nomeadamente com as pessoas que tinham vínculo com a respetiva entidade. Não queria negar que era um processo que gostariam de ultrapassar. Não era um processo sem prejuízo da relevância que a própria instituição tinha para o desempenho das funções que executava no quadro do equipamento municipal que era a piscina municipal de Azeitão. Aquela tratava-se de uma situação que tendencialmente pretendiam resolver. Tinham vindo a tentar clarificar e ter aquele processo o mais transparente possível não tentando ter nenhuma anátema associada ao processo, tentando solicitar o máximo documentos possíveis para que a relação entre a Câmara Municipal e a Associação A Onda fosse clara. Sentiram-se confortáveis naquilo que eram as necessárias informações que aquela entidade tinha que prestar nos seus compromissos, nomeadamente nos valores e nos compromissos com a entidade Câmara Municipal que fossem claros. Tal como já havia referido tratava-se de um processo que tendencialmente pretendiam resolver e esperavam que durante o ano de 2021 se consiga resolver encontrar uma outra forma, nomeadamente no que dizia respeito aos técnicos. Se o iriam conseguir ou não resolver só à data lhe conseguiria transmitir, naquele momento aquele era a forma que a câmara conseguia ter capaz de responder a uma necessidade premente, embora agora estivessem privados pelas razões que todos conheciam, que era a atividade mais regular, nomeadamente a utilização do equipamento municipal para a natação, que perante os factos desconheciam quando é iria ser retomada.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Agradeceu as palavras do senhor vereador Pedro Pina. Não se tratava de apontar qualquer tipo de desconforto ou de qualquer tipo de iniciativa fiscalizadora da Câmara Municipal face às associações, porque nunca sabiam quando se faziam doações, nem teriam que saber, nem estavam obrigados legalmente a essa situação, se aquela associação cumpria ou não determinados requisitos, a câmara municipal não teria que ter aquele papel. Atendendo à longevidade que existia naquele processo e à importância que tinha, tudo aquilo poderia acontecer dentro de determinados requisitos que fossem ou não preenchidos. Chamava a atenção daquela situação, porque era até uma preocupação



que teriam que manifestar para com os professores que ali estavam, porque o município de Setúbal era o último responsável. Se a câmara ajudava a promover uma determinada associação e uma terminada prática desportiva, também teriam que ter alguma atenção ao acompanhamento de alguns aspetos formais, por essa razão deixava sublinhado, porque nada impedia que tudo aconteça tal como acontecia, mas caso existam requisitos e exigências a serem cumpridas do ponto de vista daquilo que era a publicidade de terminados atos das contas da associação, por via daquilo que seria a sua estrutura de receitas, caso a mesma tenha uma substância do ponto de vista de receitas públicas superior a 50%, proveniente de órgãos que estariam obrigados à contratação pública, a associação naturalmente teria que cumprir, mas a penalidade não poderia ser para a câmara nem para os vereadores, mas era uma proteção àquilo que era um serviço importante à comunidade. Já tinha referido aquela situação anteriormente porque considerava ser muito importante voltar a sublinhar novamente.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que relativamente àquela questão da Onda, já tinham falado no passado e por essa razão acompanhavam as preocupações do senhor vereador Nuno de Carvalho. Era importante que houvesse transparência, não significava que não houvesse e que fossem facultados documentos que sustentassem todo aquele apoio que era dado à Onda. Tinham sido algumas das vezes críticos, mas sempre com a perspetiva de esclarecimento e de haver um suporte visível e que os apoiasse naquilo que era a decisão de votarem aquelas propostas, por essa razão acompanhavam a preocupação do senhor vereador Nuno de Carvalho.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o vereador Nuno de Carvalho não terá falado em documentos. Os documentos não terão sido a questão que terá levantado, até porque em relação aos documentos, os senhores vereadores tiveram acesso no mês de outubro, ao relatório de atividades. Certamente estaria a referir-se a uma situação mais estruturante naquilo que deveria ser a relação, nomeadamente a ocupação daquela instituição, perante as verbas que eram transferidas para a associação e pelo facto de não existir uma questão que pudesse levantar problemas para a Câmara Municipal e para a associação face aos valores que eram transferidos. Talvez tenha sido essa a questão que o senhor vereador Nuno de Carvalho levantou, o que era uma coisa diferente, não estaria relacionado com a transparência de documentos.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Disse que se estivessem a falar de documentos, se a associação fosse obrigada a preencher todos os requisitos, os documentos seriam públicos. Se tivesse que haver aprovação de contas ou a publicidade de terminados atos de contratação. A questão era precisamente aquela, muitas das vezes, na melhor das boas vontades, poderiam estar a criar um problema que de repente lhes passava completamente ao lado, sendo que o objetivo que existia era cumprir um serviço à comunidade, que se fizesse dentro daquilo que seriam os requisitos e formalidades da lei, que muitas das vezes eram chatos, uma vez que seriam demasiado exigentes para as associações, mas se eles existiam não haveria como fugir deles. Se prestavam um serviço valioso naqueles moldes era importante que pudesse continuar a prestar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que reconhecia o serviço que era prestado à comunidade por aquela associação e isso não estaria a ser colocado em causa.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor (7 da CDU e 3 do PS) e uma abstenção, do PSD.



13. Deliberação n.º 17/21 – Proposta n.º 05/2021 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2020-2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 18/21 – Proposta n.º 06/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 30.ª Rampa Pêquêpê Arrábida 2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 19/21 – Proposta n.º 07/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo Festival Internacional de Teatro de Setúbal – Festa do Teatro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 20/21 – Proposta n.º 08/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 21/21 – Proposta n.º 09/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal – CRL

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 22/21 – Proposta n.º 10/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Cooperação entre o Município de Setúbal e Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 23/21 – Proposta n.º 11/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37.

Sra. Presidente – Disse que o Senhor Secretário de Estado Duarte Cordeiro já tinha respondido ao documento emitido pela Câmara, tendo agradecido encarecidamente e que iria transmitir a preocupação da Câmara ao Conselho de Ministros. Referiu que aquele Secretário de Estado estava sempre em cima da hora, no entanto desconhecia o que estava a fazer o Senhor Ministro Duarte Cabrita.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 24/21 – Proposta n.º 01/2021 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2020.

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 25/21 – Proposta n.º 01/2021 – GAVPS – Medidas de Apoio – Covid19.

O Sr. Vereador Fernando Paulino leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39.

Sr. Vereador Pedro Pina – Agradeceu a proposta apresentada pelo Partido Socialista. Relativamente aos pontos 5 e 7, sem prejuízo da liberdade que assistia a cada um de propor propostas alternativas, questionou os senhores vereadores do Partido Socialista sobre o que na realidade estava a ser feito. Disse que gostaria de saber por que razão o Partido Socialista não perguntou novamente ao executivo municipal sobre aquelas matérias e se estava a ser feito alguma coisa ou não se estaria a fazer absolutamente nada. Já o tinham dito

3

anteriormente, no entanto pretendia de uma forma muito sumária e sobre aqueles pontos em particular, pontuar quatro ou cinco aspetos para conhecimento dos senhores vereadores, sobre as medidas em concreto, que o executivo municipal tinha feito em 2020. Uma vez que estavam no arranque de 2021, valia a pena perceber só em termos comparativos, porque tinha sido um ano completamente atípico para todos comparado com o ano de 2019, sobre o montante dos apoios diretos ao movimento associativo. A atividade do movimento associativo em 2020 tinha sido maioritariamente cancelada, com mais de 70% dos eventos, projetos e ações. O município não só manteve em 2020 os apoios financeiros diretos, como os aumentou, quando comparados com 2019, numa perspetiva de apoio extraordinário e de emergência às coletividades. Em 2019, os apoios financeiros diretos ao movimento associativo aprovados em reunião pública de câmara tinham sido de 806.025,00€ e em 2020, a mesma Câmara Municipal tinha aprovado em apoios diretos ao movimento associativo, considerando que desde março 70% das atividades destas mesmas coletividades tinham sido canceladas, sendo grande parte deles a razão que estava na base da solicitação do apoio ao movimento associativo no valor de 1.089.296,27€, significou que 283.270,00€, tinha sido um crescimento correspondente a mais de 26%. Mesmo considerando que, em 2020, 70% da atividade esteve cancelada na área da cultura, do desporto, em particular, o crescimento de apoio ao movimento associativo aumentou em 26%. Tratou-se de um efetivo e verdadeiro apoio extraordinário ao movimento associativo. Os apoios financeiros diretos ao movimento associativo cultural passaram de 304.000,00€ em 2019, para 430.000,00€ em 2020, crescimento de 41%, num ano em que a atividade se reduziu drasticamente, de março a maio não existiram espetáculos com público. Em 2020 foi feito um apoio financeiro direto de 200.000,00€ a cinco das companhias de teatro do concelho, no âmbito de protocolos de cooperação, tendo a destacar o apoio financeiro de 26.400,00€ às marchas populares de Setúbal, que não existiram, mas que a Câmara Municipal fez questão de os manter. No que dizia respeito ao movimento associativo desportivo e através da matriz de apoio, em 2019 passou de 115.000,00€ para em 2020 chegar aos 122.000,00€. Como era do conhecimento dos senhores vereadores, a matriz de apoio ao movimento associativo desportivo, decorria da avaliação de indicadores que foram aprovados na Câmara Municipal, tinham sido aprovados no Conselho Municipal de Desporto, com representantes das mais diferentes áreas e com as mais diferentes entidades, sendo que elas decorriam fundamentalmente do levantamento do número de praticantes da prática desportiva que não existiu infelizmente na sua grande maioria em 2020. Significava que se tratava de um aumento e de um crescimento de 7%, apesar da maioria dos clubes terem parado por completo a sua atividade. O município tinha mantido em 2020 na sua grande maioria os apoios ao movimento associativo, para organização específica de eventos desportivos e culturais, mesmo quando a grande maioria deles tinham sido cancelados. Em 2020 a Câmara Municipal tinha atribuído um total de 219.000,00€ ao movimento associativo, para a realização de obras nas suas instalações. Importava também lembrar, numa fase em que realizaram um balanço de apoio ao movimento associativo, os números de apoio global do município, não só às associações, clubes e coletividades, mas também aos agentes culturais e desportivos, individualmente considerados, tão afetados por esta crise e tão ignorados e negligenciados pelo governo central português. Os apoios globais ao movimento associativo e aos agentes culturais e desportivos, totalizaram em 2020, 2.507.000,00€, desenvolvidos nas mais diferentes áreas, num apoio financeiro direto, aprovado em reunião de câmara de 1.089.000,00€, na aquisição de serviços para a programação cultural, desportiva, social e da juventude, onde se encontravam inscritos o movimento associativo juvenil, com um valor total em 2020, de 630.000,00€, que incluía a contratação de artistas e outros agentes culturais, para a programação nos diversos espaços. Não tinha sido uma decisão só daquela altura, mesmo no período de confinamento de março a junho, foram feitos programas como, “Em Casa Com Arte”, que se tratava da maior parte de artistas a título individual, ou “Casa da Cultura Dentro de Portas” ou ainda “O Tomei a Liberdade”, num orçamento total de 18.000,00€. Em 2021 e já considerando alguns dos apoios que tinham acabado de aprovar naquela reunião de câmara, estavam já em execução um conjunto de projetos de apoio financeiro por parte do município

na área da cultura, no sentido de complementar o apoio direto aos agentes culturais locais, à produção cultural, nomeadamente candidaturas como “Setúbal, Cultura Sem Barreiras” num orçamento total de 60.000,00€, para o pagamento direto a artistas e agentes culturais e o programa “Moral 18”, que resultou dos famosos 30.000.000,00€ que o senhor Primeiro-Ministro em junho, referiu que viriam para a cultura e que só agora ganhavam forma, sendo que à candidatura da Câmara Municipal, tinha sido atribuído um valor de 69.500,00€, que foram distribuídos por mais de 100 artistas individualmente. Em 2021, foi feita a manutenção do reforço de valores protocolados com as associações e coletividades, nomeadamente das bolsas artísticas, um projeto que tinha sido criado recentemente, no valor de 45.000,00€, para além de um total de taxas a isentar no valor de 370.000,00€. A título de curiosidade, referiu que só em bilheteira tinha sido entregue na sua totalidade às associações culturais promotoras, sobretudo às companhias de teatro e às associações na área da música e da dança, num valor global de 22.000,00€. Iriam continuar a estabelecer os protocolos na área desportiva, independentemente da atividade e da forma como ela viesse a ser possível a sua concretização, num total de 500.000,00€ anuais.

Por tudo aquilo que tinha sido dito, tendo-se remetido apenas para os pontos 5 e 7, parecia-lhe prematuro e desajustado, que uma vez mais o Partido Socialista lançasse, sem prejuízo da legitimidade que lhe assistia, na proposta e na alternativa que pretendesse apresentar do ponto de vista da sua conceção. Naquele combate, que era um combate de todos, que era um combate da Câmara Municipal para ultrapassar rapidamente, e porque o movimento associativo não era propriedade de ninguém, nem dos executivos municipais, nem dos partidos, era bom que se soubesse o que estava a ser feito para apoiar aquelas entidades e o que estava a ser feito para ajudar os artistas. Não os deixavam embalar por canções, jogos de futebol, nem por danças, mas acima de tudo pela realidade realista, que era o mundo atual em que viviam e pelo quotidiano que tentavam diariamente acompanhar. Aquela era a realidade que o executivo municipal, sem bandeiras de “Facebook”, sem bandeiras de “Outdoor”, sem bandeiras de ordem alguma nas ruas de Setúbal, o tinha feito de uma forma silenciosa. Preocupava-os muito mais ajudar as entidades, as instituições e as pessoas, do que propriamente fazer alarde e dizer com as suas intervenções, presenças ou lembranças que estavam a ajudar efetivamente as entidades, as pessoas, a cultura ou o desporto. Ajudava-se sendo sério, ajudava-se falando verdade, e aquela era a verdade dos factos da cultura e do desporto, aquela era a verdade imaculada, que os senhores vereadores do Partido Socialista, independentemente da proposta apresentada, não podiam escamotear, até porque parte dela aprovaram e como tal eram cúmplices do mesmo, por essa razão, no que dizia respeito àquela matéria era bom e teria sido prudente da parte da bancada do Partido Socialista, questionar se havia ou não da parte da Câmara Municipal a intenção de manter os apoios, considerando que as atividades iriam ficar paradas, coisa que muitas outras câmaras tinham relutância de o fazer.

Era com grande dificuldade que acompanhava aquela proposta, que uma vez mais era apresentada pela bancada do Partido Socialista.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que na última vez que tinha vindo uma proposta semelhante àquela, na reunião de câmara, tinha lamentando pelo facto de não ter tido a possibilidade de apresentar os números que representava, caso a proposta fosse aceite. Tinha em seu poder alguns números para transmitir e conseguia afirmar que aquela proposta podia colocar em risco o sistema de recolha de higiene urbana na cidade e no concelho de Setúbal, que era um serviço essencial que prestavam à população.

A câmara não tinha aumentado o tarifário de resíduos havia três anos consecutivos, não porque as exigências não tivessem sido muito grandes, não porque não estivessem a sofrer constantemente aumentos, como era o exemplo do TGR e o próprio tarifário por parte da Amarsul, mas porque tinham tentado fazer um esforço muito grande de realizar o maior número de serviços na área da recolha por administração direta, recorrendo ao maior número de candidaturas possíveis, tentando que as pessoas não tivessem na sua fatura de água um

valor mais pesado de resíduos do que o valor de consumo de água, porque com o caminho que se estava a levar, seria isso que ia acontecer brevemente.

Tinha pedido alguns dados sobre os consumidores não domésticos, relativamente aos últimos três anos e podia informar que a câmara em 2018, arrecadou por via do tarifário de utilizadores não domésticos 1.210.000,00€ em 2019, 1.280.000,00€ em 2020, já em ano de pandemia 1.370.000,00€. Tendo em conta que o tarifário não tinha sido atualizado, sendo que a tarifa era exatamente a mesma, podia-se fazer uma leitura de que a atividade económica no concelho de Setúbal tinha sido reforçada, independentemente das dificuldades que tiveram em vários meses, o que era um dado importante, que estava relacionado com a restauração, com o comércio e com a indústria. Naquela relação estavam todos os não domésticos, o que seria uma conclusão interessante e significava que também tinham mais trabalho, porque se as pessoas consumiam mais e tinham mais atividade, a câmara teria que fazer mais recolha. Cada uma daquelas empresas também tinha que pagar a TGR individualmente na sua fatura, que era cobrada por metro cúbico e que era destinada ao Estado. Ali o dinheiro era investido na compra de novos equipamentos, permitindo assegurar um serviço contínuo de sete dias por semana, em três horários diferentes. Relativamente àquilo que os setubalenses pagavam para a TGR, só à sua conta por metro cúbico, e não estavam a falar da TGR que entrava por força do que pagavam cada vez que depositavam uma tonelada, relativamente ao ano transato, cada setubalense pagava 0,07€. Significou no caso dos utilizadores não domésticos, em 2018 aproximadamente 104.000,00€, em 2019 101.000,00€ e em 2020 105.000,00€. Relativamente aos últimos três anos, estavam a falar de 300.000,00€, que tinham sido entregues pela Câmara Municipal diretamente ao Estado português, numa taxa que continuavam sem saber para que servia, independentemente de ter sido aumentada, apesar de alguns dizerem que servia para financiar a inspeção e outros dizerem que servia para financiar o Fundo Ambiental. Na realidade e concretamente pouco se via e pouco se sabia. O executivo decidiu manter o tarifário para 2021, sabendo que a TGR ia aumentar, e aqueles 0,07€ que eram pagos por metro cúbico aos setubalenses até 2020, na fatura de janeiro ou de fevereiro já seria no valor de 0,17€, porque a TGR tinha tido um aumento de 100%. De acordo com as suas faturas pagava cerca de 2,20€ mensalmente e ia começar por pagar cerca de 5,00€ por mês só em TGR, para a Câmara Municipal entregar ao Estado português, do qual se desconhecia o que iria ser feito com esse dinheiro. Tendo em conta todos aqueles fatores que foram relatados, que eram números concretos e que podia fazer chegar junto dos senhores vereadores, considerava que a ausência daquela receita colocava em causa aquilo que era é o bom funcionamento dos serviços. Era de uma extrema irresponsabilidade aceitar aquele tipo de proposta. Era de uma extrema hipocrisia política falar relativamente a um serviço, do qual tinham conhecimento daquilo que se fazia, no entanto nem uma palavra relativamente à questão da TGR, que onerava bastante a fatura das pessoas e que tinha sido aumentada em 100%. Não era honesto politicamente, por essa razão tinham que informar a população de tudo aquilo. A única coisa que ia aumentar na fatura dos resíduos era a taxa que o Governo tinha colocado e que foi aumentada para o dobro.

Sr. Vice-Presidente – Disse que a bancada do Partido Socialista fazia um “*remake*” da proposta do primeiro estado de emergência. Tinha que agradecer outra vez à bancada do Partido Socialista a oportunidade que lhe tinha dado para demonstração exemplar, cabal do reforço do apoio, precisamente dos setores que os senhores vereadores do Partido Socialista estavam a reclamar, do qual reclamavam mais margem de manobra para fazer algumas coisas, no sector associativo, no setor da cultura e até mesmo no setor social. Ficou demonstrado e foi ali dito que mesmo não havendo atividades, aquilo que era o essencial fator de sustentação das coletividades, da cultura em Setúbal não tinha sido da parte do Governo, mas sim da parte da Câmara, que tinha reforçado substancialmente nos apoios financeiros. Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista se não se tinham apercebido aquela situação, nem aquando da apresentação da primeira proposta no primeiro estado de emergência perceberam o que tinha sido feito. Agradeceu a oportunidade de poderem ter demonstrado aquilo que acabaram de ouvir, da parte do vereador Pedro Pina e

agradeceu a oportunidade de lhes de ter lembrado e carregado na consciência aos membros da bancada do Partido Socialista, assim como de não se terem apercebido que quem estava a sobrecarregar fortemente as tarifas da água, do saneamento e dos resíduos era por força de um sistema imposto pelo Governo, que passava por um acréscimo de custos que iria penalizar o consumidor. Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista se não se tinham lembrado de pedir ao Governo para acabar com aquela situação. Não tinha sido uma redução, não foi permitido aos municípios que viessem reduzir, mas agravar substancialmente. A proposta era legítima, mas não era legítimo de quem vinha e da forma como vinha. Tratava-se de um conjunto de sete medidas que eram mal medidas, não foram feitas contas e não anteciparam em nada, não aprenderam em nada com o anterior estado de emergência. Não verificaram quais as decisões que a câmara tinha tomado para apoiar os vários setores. O setor da restauração tinha sido daqueles que a nível do país e até mesmo ao nível internacional, se aguentou melhor. Havia uma embalagem de boa imagem e de sucesso da restauração em Setúbal, que permitiu aguentar um pouco melhor do que em Lisboa. Era legítima a proposta, mas não a souberam trabalhar, atualizando com aquilo que tinham sido as decisões e os proveitos do executivo para com os setubalenses. O executivo beneficiara os setubalenses, as associações culturais, e as coletividades, na realidade beneficiara aquilo que os senhores vereadores do Partido Socialista apresentaram na proposta. Provavelmente seria política de “Facebook”, era uma opção, que teria resultado com o Donald Trump até ter acabado muito cedo e entre eles certamente que também não ia muito longe. A moda passaria e a política de “Facebook” iria ficar no lugar que merecia, enquanto que a política a sério era aquilo que o executivo tinha feito o melhor possível, no sentido de criar condições de subsistência e de sobrevivência às pessoas. No enquadramento legal não lhes podia impedir de fazer melhor e sobre esse enquadramento legal os senhores vereadores do Partido Socialista também tinham responsabilidade, por essa razão perdiam a legitimidade de ir para ali só para fazer a agenda. Os setubalenses tinham a noção dos benefícios que tiveram, da solidariedade que tiveram da parte da Câmara e a Câmara estava para servir os setubalenses, para lhes dar solidariedade, mas não ia atrás de ações políticas cujo efeito pretendido visava denegrir a imagem da Câmara, no sentido de que havia recusado o apoio aos setubalenses em função da proposta apresentada pelo Partido Socialista. Na realidade, a Câmara já tinha ultrapassado em muito o apoio aos setubalenses, que o PS propôs em muitas opções, no entanto a Câmara só não iria mais longe e só não beneficiaria mais os setubalenses porque o Governo do Partido Socialista impunha sobrecarga nas tarifas de bens essenciais aos consumidores, o que retirava a legitimidade da proposta, uma vez que entendia que a intenção não era beneficiar, mas apresentar uma proposta política para dizer que o executivo rebatia. Tratava-se de populismo e como tal rejeitavam a proposta com toda a tranquilidade e com a consciência muito limpa.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista quando apresentava propostas não era com a intenção de ir ao “Facebook” divulgar, uma vez que elas se divulgavam, mas sim com o intuito de acrescentar algo áquilo que era responsabilidade da Câmara Municipal. Na primeira vez que fizeram a proposta apresentaram vinte e uma medidas e naquela proposta apresentaram sete medidas. Aquilo era resposta ao senhor Vereador Pedro Pina que a bancada do Partido Socialista reconhecia que algumas das medidas que apresentaram tinham sido realizadas. Ainda bem que os protocolos estavam a ser cumpridos porque nunca tinham dito que não iam apoiar, no entanto, tinha havido uma diminuição na receita dos clubes e das coletividades para o cumprimento dos produtores, não sendo suficiente para fazer face aquilo que continuavam por ser as despesas. Os vereadores do Partido Socialista também andavam na rua e também falavam com as pessoas e aquelas propostas não apareciam somente porque pensavam num gabinete qualquer, que iam fazer por fazer, na realidade elas eram pensadas, eram vistas em colaboração com os responsáveis das coletividades. Tinham visões de política diferentes, a verdade do executivo CDU não os obrigava a que fosse também aquilo que era a sua visão e a verdade que tinham sobre a política. Haveria certamente apoios e ninguém tinha dito que deixavam de apoiar,

mas, na realidade, eram insuficientes. Entendiam que as medidas que apresentavam naquela proposta ainda eram medidas que faltavam ser realizadas. As propostas a serem apresentadas provocavam aquilo que era a discussão e a discussão por sua vez provocava esclarecimentos. Se daquelas medidas apresentadas algumas foram cumpridas, ainda bem, pois não seria para eles, nem para o “Facebook”, mas para as associações e para os clubes. Ainda bem que algumas das medidas tinham sido concretizadas e era para isso que tinham sido eleitos, para desempenhar aquelas funções. As medidas tinham sido poucas e podiam ter sido feitas mais. Existiam municípios que não cumpriam com os protocolos, mas existiam outros municípios que acrescentavam e era isso que desejavam que pudesse acontecer. Não tinham que perguntar, mas tinham que ouvir a razão pela qual não era feito e aquilo que era feito devia ser dito naquele espaço. Não tinham que questionar a Câmara Municipal a não ser naquele tipo de questões, que se tratavam de propostas efetivas e foi isso que fizeram.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que relativamente ao ponto 3, as medidas que a Câmara Municipal vinha a praticar para o apoio ao comércio local, à restauração e às micro e pequenas empresas, tinham passado recentemente por uma reunião de câmara, eram medidas que passavam pela isenção de taxas, que a Câmara Municipal tinha dado ao comércio e à restauração. Só em 2020, sete meses do ano tinham sido isentadas do pagamento das taxas de ocupação da via pública, com as esplanadas e todo os elementos de mobiliário associados àquela atividade, também ao nível das rendas de estabelecimentos pertencentes à Câmara Municipal, além do que tinha sido isentado em 2020, o mesmo se iria efetuar em 2021 e a senhora Presidente já tinha feito o despacho naquele sentido, para além das plataformas de apoio aos empresários, a estreita relação com as associações empresariais, tudo o que eram iniciativas ao nível de promover plataformas de “take-away”, promovendo a pesca, os hortofrutícolas, os mercados e o plano de formação com as empresas. Tudo aquilo tinha sido elencado pelo executivo e ia continuar a estar na linha da frente com todas aquelas situações. Quando falava em isenção era mesmo isenção, porque o Governo tinha apresentado uma série de medidas, desde “lay off simplificado”, “Apoio à Retoma Progressiva”, “Apoiar Fundo Pp Alargado”, “As Rendas e as Moratórias”, “Obrigações Fiscais Facilitadas”, “Linhas de Crédito Reforçadas”, ao nível do turismo também criaram “Linhas de Apoio”, “Qualificação e Oferta”, mas todos aqueles estímulos não passavam de empréstimos, que mais cedo ou mais tarde tinham que ser pagos, enquanto que o executivo isentava. As taxas que havia referido eram isenções, eram verbas que a Câmara nunca mais ia ser ressarcida, sendo que a intenção era ajudar o quanto podiam ajudar, naquilo que conseguiam.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Referiu que um pouco na linha do Vice-Presidente Manuel Pisco também tinha que fazer um agradecimento ao Partido Socialista. Quando há um mês atrás, teve que sair mais cedo da reunião para participar num debate no âmbito da Conferência Anual de Educação, que se realizou no Charlot, não teve oportunidade de discutir aquela proposta, por essa razão agradeceu por um mês depois terem voltado a apresentar a proposta e para poder também dar o seu contributo e fazer a sua apreciação. Deixava o seu agradecimento, mas não sabia se passado um mês tinham novamente aquele tipo de proposta ou não. Tal como referiu o senhor Vice-Presidente Manuel Pisco, tratava-se de uma proposta de publicação de “Facebook”, uma vez que tinha sido apresentada havia um mês atrás e no final da reunião apresentaram no “Facebook”, referindo que a CDU tinha rejeitado as propostas do Partido Socialista e anunciaram que iriam apresentar novamente aquela proposta. Era interessante ver a perspetiva de terem colocado um conjunto de propostas, sendo que algumas delas iam ao arripio daquilo que eram as orientações que o Partido Socialista quando estava no Governo impunha, nomeadamente na política ambiental e até na relação com os municípios relativamente à política ambiental, quando condicionava o acesso a candidaturas com o cumprimento ou não, com o reflexo ou não na tarifa da totalidade das taxas de resíduos, do custo dos sistemas de águas e saneamentos. No Município de Setúbal o Partido Socialista era outro Partido Socialista e considerava que a

política que tinha no país, nas políticas ambientais era outra completamente diferente. Repetiam as propostas que a CDU sempre disse que iria fazer, e recordando as palavras da senhora Presidente que ali tinham sido proferidas, sempre que estivesse no âmbito do estado de emergência, as questões das isenções iam estar presentes. Tinha sido um compromisso que estava escrito em ata que foi assumido. Quanto muito os vereadores da bancada do Partido Socialista, podiam vir dizer que a CDU não estava a cumprir com a palavra, mas não foi isso que conseguiram fazer, porque não era isso que acontecia. O executivo municipal decidiu que todas as atividades que não pudessem prosseguir não se cobravam as rendas em instalações municipais, que não passou de uma mera promessa, mas um compromisso assumido.

Nas propostas apresentadas, pela bancada do Partido Socialista, procuravam criar uma ideia daquilo que era um profundo apoio social de emergência às famílias, que inicialmente se desenvolveu apenas às custas praticamente da Câmara, que face à preocupação que tinham, face ao bom relacionamento que tinham com as várias entidades e com os vários parceiros que tinham no concelho da responsabilidade do Governo, conseguiu partilhar essas responsabilidades e cada um assumir as suas competências e responsabilidades. Os vereadores da bancada do Partido Socialista vinham colocar criações de fundos, quando a política em concreto do apoio estava a decorrer.

A atividade nomeadamente o investimento, com reflexo concreto nas empresas em pequenas e médias empresas, não só do concelho, mas da própria região, entre outras também não tinham parado. Tinha sido feita referência por parte do senhor Vereador Carlos Rabaçal, de um conjunto de intervenções que estavam a ser desenvolvidas e que não iam parar. Gostaria de deixar um compromisso, se se concretizasse aquilo que solicitaram ao Governo, a partir do dia em que as escolas estivessem encerradas, as escolas iam fornecer refeições a todas as crianças que necessitassem das mesmas e iam dar o apoio de receção a todas as crianças das famílias que tinham que trabalhar, que tinham que manter o conselho a funcionar. Não tinham que se envergonhar e muito menos ter algum peso na consciência de não estarem a fazer tudo, que fosse para apoiar a população de Setúbal, o tecido económico do concelho e da região e especialmente os mais fragilizados naquele momento. Apesar da ausência de resposta em muitos casos da Segurança Social para rever os escalões de abono de família das crianças, por questões de pobreza repentina, de perda repentina de rendimentos das pessoas ou de famílias que não tinham documentos comprovativos, mas que frequentavam a escola, a Câmara tinha assumido esses apoios, e assumia que se tratavam de crianças do escalão A e do escalão B, mesmo sem que pudessem ter em seu poder documentação que o comprovasse.

Já sabiam qual ia ser o resultado, mesmo depois daquela explicação, mais tarde ia aparecer uma publicação nas redes sociais, por isso não valia a pena estar a “bater no molhado”.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que quando os assuntos eram importantes, deixavam de parte as suas propostas. Na realidade, tinha sido focado pelo Vereador Ricardo Oliveira uma coisa importantíssima, uma vez que o encerramento das escolas ia retirar a refeição a muitas crianças, cuja única refeição que tinham era aquela que era fornecida na escola.

Sra. Presidente – Disse que já tinham fornecido e iam continuar a fornecer as refeições.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não estava a negar aquilo que a Câmara ia fazer. Estava-se a referir a uma nota importantíssima, que não tinha sido falada e discutida quando enviaram o e-mail.

Sra. Presidente – Disse que tinham funcionários a receber crianças que eram filhos de pessoal da área da saúde, pessoal que estava na linha da frente e não podia deixar de estar a trabalhar. Os técnicos que recebiam os filhos das pessoas que não podiam deixar de trabalhar, faziam com esses meninos um trabalho comparado ao de ATL. No primeiro

confinamento tinham feito e iam fazer naquele segundo confinamento. Não havia nenhuma criança que ficasse por ser alimentada, nem nenhum munícipe ficasse por ser alimentado. Já no primeiro confinamento tinham assegurado milhares cabazes de comida, em participação com as escolas, que posteriormente foi assegurado pela Segurança Social. Alguns dos cabazes ainda continuavam a ser fornecidos pela Câmara ou por outras entidades, uma vez que muitas das pessoas não tinham documentação para que a Segurança Social lhes pudesse participar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que aquilo tinha sido no seguimento daquele e-mail que tinha sido enviado para o Senhor Secretário de Estado.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se tratava de uma matéria que tinham que estar todos do mesmo lado. Havia uma matéria que era reconhecida por todos e eram insuspeitos aqueles que tinham feito aquele tipo de declarações, tão ou mais importante do que apoios, no que dizia respeito à cultura e sem prejuízo de nem sempre satisfazer o universo total. Seria bom referir que a Câmara Municipal de uma forma ímpar, sempre que as condições o permitiam e de uma forma segura, nunca parou de continuar a fazer cultura nos seus equipamentos municipais. A relevância de ter mantido as necessidades de existência e de usufruto de toda a população, dentro de todas as regras que eram exigidas, nomeadamente no Fórum Luísa Todi, na Casa da Cultura, mais recentemente na Gráfica e em todos os equipamentos municipais, para que as pessoas pudessem continuar a usufruir do acesso àquilo que era exposto, em particular de muitos dos espetáculos que foram realizados, o que foi um elemento fundamental. Aquele conhecimento tinha sido feito por muitos e diferentes artistas, quer de Setúbal, quer de fora, que passaram pelas salas do Município de Setúbal. O senhor Vereador Fernando Paulino reconheceu alguma capacidade de se ter cumprido uma parte das propostas, porque em abril tinham sido vinte e um pontos, naquele momento tinham sido sete pontos, certamente que numa futura proposta seria apenas com dois pontos. Em política era legítimo que cada um tivesse uma visão diferente, no entanto, deviam ter referenciado aquilo que o executivo da CDU tinha acabado de mencionar porque não tinha sido apenas manter as iniciativas do primeiro confinamento. Poderiam ter dito que mantiveram, mas isso seria o mínimo que se exigia. Estava a falar de uma parte grande de coletividades, cujo funcionamento era suportado pela Câmara Municipal e que até aquele momento ainda não tinham recebido um pedido expresso, a dizer que não conseguiam fazer face à despesa da renda. Se os senhores vereadores da bancada do Partido Socialista receberam alguma informação contrária, agradecia que informassem qual ou quais as coletividades que não tinham dinheiro para pagar a sua renda. A Câmara Municipal suportava o funcionamento de 89 espaços que eram atribuídos para gestão ou para o funcionamento de instituições, em que suportava a água, luz e funcionamento. Considerando que o combate também se fazia atualmente através das redes sociais, era bom que o Partido Socialista dissesse que para além do apoio e dos 41% que foram aumentados ao movimento associativo, ainda se deveria de fazer um conjunto de outras coisas. Os senhores vereadores do Partido Socialista referiam na proposta a criação do programa extraordinário de apoio financeiro às associações e coletividades. Era claro que havia um apoio extraordinário, porque a Câmara aumentou o apoio sem saber se a atividade se iria realizar ou não. Tinham duas candidaturas que iam apoiar extraordinariamente, em quase 150 mil euros. Em função do exposto questionou, quais eram em concreto as ações que pretendiam. Deviam colocar de uma forma clara que da discussão na reunião de câmara teria resultado aquele tipo de situação. Certamente que assim falariam todos a verdade e não teriam dificuldade em ultrapassar a questão, porque era do interesse de todos. Fossem coletividades da simpatia dos vereadores do Partido Socialista ou dos vereadores da CDU, isso pouco importava naquele momento, o que importava era ajudar a recuperar o movimento associativo, fossem de cariz mais formal, fosse ele o desportivo ou cultural. Quando tudo passasse, que desejavam que fosse o mais rápido possível, que continuassem a sentir o pulsar da cidade nas suas realidades e nas suas vertentes, para que todos pudessem usufruir. Aquela era a preocupação que os assistia e por

4

essa razão o investimento fortíssimo na área da cultura, na área do desporto para 2021 e que tinha sido o resultado daquilo que os senhores tinham acabado em conjunto de aprovar, como tinha sido, a título de exemplo, o apoio aos grupos de teatro para a cidade de Setúbal. Esperavam que os 45 milhões de euros que a senhora Ministra da Cultura tinha pronunciado e que seriam a fundo perdido, se viriam a confirmar nos apoios para as instituições de Setúbal, que tanto penaram, independentemente da persistência em vários e diferentes passos, para receber os apoios da DGArtes, que vieram de uma forma despegada e ao impulso de critérios, sabe-se lá como, para serem concluídos. Esperavam que o Governo, no que dizia respeito às entidades que viviam da criação artística, acompanhasse aquilo que a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que muitos dos elementos que ali tinham sido referidos já se encontravam na ata da reunião onde aquela situação tinha sido tratada. Significava que se tinham esquecido, no entanto, tinham surgido novos dados muito importantes para caracterizar o que se passava com aquela proposta. As pessoas tinham um apreço pelos apoios extraordinários e situações de emergências, de apoios financeiros para fundo de emergência ou a bolsas de emergência. O executivo não optou por essa situação, mas sim, no dia-a-dia, na relação regular com as pessoas, com as instituições, para resolver os problemas. A proposta referia a criação de um fundo de emergência social para apoio aos municípios, sendo que o fundo de emergência social de Setúbal, ao contrário de outras câmaras era todo o orçamento para aquilo que viesse a ser necessário. Ninguém tinha questionada quanto custava a alimentação que a Câmara tinha pago, ninguém questionava quanto custava as equipas criadas para fazer as entregas, o gasóleo e as viaturas que andavam a fazer compras para as pessoas, quanto é que custava uma série de aquecimentos, quanto custava o oxigénio que adquiriam para as pessoas, ninguém questionou quanto é que custava os autocarros que foram alugados para a vacinação, ninguém questionou quanto é que custava ter dez trabalhadores a “full-time” para fazer a despistagem de situações de infeção, ninguém questionou coisa nenhuma daquilo que tinham feito. Aquilo que tinham feito, na medida das possibilidades, era dar todo o apoio possível. Não tinham fundo de emergência de coisa nenhuma, mas tinham o orçamento da Câmara ao dispor daquela luta que era defender a população e iam até onde fosse possível, por essa razão aquela proposta não fazia qualquer sentido. Houve câmaras que optaram pelos fundos de emergência, apresentaram vários valores com o decorrer da pandemia, o que na realidade era uma perda de tempo, porque aquilo que precisavam era de responder concretamente às situações reais. O orçamento da Câmara, até ao limite das suas possibilidades, era destinado a dar resposta às necessidades prementes. Não fazia sentido a criação de um fundo de emergência social que muitos municípios adotaram, que era mais comunicação do que resposta concreta, porque se fossem somar tudo o que tinham gasto até àquela data, certamente que daria um fundo de emergência social brutal. Na realidade o que mais interessava era que a resposta tivesse sido dada, o resto era “show off”. O Fundo de Emergência Social de Setúbal era todo o orçamento da Câmara até ao limite das suas possibilidades, para ajudar a salvar pessoas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinham registado a hiper sensibilidade política da maioria às propostas que eram trazidas pelos vereadores do Partido Socialista e percebiam essa hipersensibilidade política. Quando havia referido que os vereadores do Partido Socialista tinham feito política de “show off” e política de “Facebook”, significava que tinham acabado de aprovar uma comunicação a ser feita ao senhor Secretário de Estado Duarte Cordeiro, no entanto ainda o senhor Secretário de Estado não tinha aberto o seu e-mail e já a comunicação se encontrava na página de “Facebook” do Município. Significava que falar de política de “Facebook” era um pouco estranho para quem usava e abusava da página do Município para aquela política de “Facebook”. Aquilo que o executivo CDU publicou no “Facebook” estava correto, como tal subscrevia a até ia partilhar, no entanto o Partido

Socialista apresentava propostas, mas não podia usar o “Facebook” para fazer a sua comunicação, sendo que era um crime.

Relativamente ao facto de “*não aprenderam nada*” ou “*não souberam trabalhar a proposta*”, referiu que os vereadores do Partido Socialista desde o primeiro momento, sempre apresentaram em reunião de câmara a proposta vertida nos pontos 3 e 4. No mês de dezembro apresentaram uma proposta e na passada sexta-feira apresentaram nova proposta, onde voltaram a incluir a isenção de taxas, a qual terá dado entrada nos serviços da câmara sendo incluída na ordem de trabalhos. Na terça-feira, a senhora Presidente, jogando mão das competências desta Câmara Municipal, decidiu e muito bem, a isenção de taxas, mas não tinham sido incluídas todas aquelas que os vereadores do Partido Socialista tinham proposto. Aquele despacho ainda teria que ir a reunião de câmara, porque era uma competência da Câmara Municipal, significava que o mesmo teria que ser ratificado. Os vereadores do Partido Socialista estariam à espera que esse despacho tivesse sido apresentado naquela reunião de câmara. Uma vez que o despacho não foi apreciado na reunião de câmara e para que a medida pudesse entrar em vigor, o executivo da CDU teria oportunidade de naquela proposta que era apresentada pelos vereadores do Partido Socialista aprovarem os pontos 3 e 4.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que saudava a proposta do Partido Socialista, porque era muito importante que todos pudessem prestar um contributo relativamente àquela questão, tratava-se de um tema que afetava transversalmente o concelho de Setúbal e o país. Deu nota que o Partido Social Democrata também já tinha apresentado as suas respostas, sendo que umas delas tinha materializado na Câmara Municipal e outras foram feitas publicamente. Era normal utilizar as redes sociais para publicitar a sua atividade partidária, estranho era se não o fizesse, naturalmente que teriam que ser o mais verdadeiro possível nas redes sociais. O Partido Socialista por várias vezes falou em propostas e depois não eram propostas que iam a reunião de câmara, naquele caso tratava-se de uma proposta apresentada em reunião de câmara o que seria de saudar, porque era importante formalizarem aquilo que pensavam.

Aproximava-se muito mais daquilo que era o pensamento daquela proposta do que o seu distanciamento, mas não significa que iria ter o voto favorável, porque era importante que a mesma fosse mais detalhada. Existiam exemplos de vários municípios onde as diretrizes estavam expressas. Fossem elas de que partido fossem, desde que fossem propostas refletidas e devidamente detalhadas.

O facto de existirem noutros concelhos e não existirem no concelho de Setúbal, naturalmente que havia algo de reflexão e era pertinente que apresentassem essa reflexão, a questão que tinha sido colocada sobre o Fundo Emergência Social, percebia que era um fundo de emergência social e não só um fundo de emergência, mas a Câmara tinha um fundo de urgência previsto no orçamento e isso fazia-lhe aproveitar a discussão daquela proposta para voltar a apelar para que as medidas que viessem a ser implementadas, quer dentro daquilo que estaria cabimentado no fundo e social quer outras, como seria a isenção de receitas, que pudessem ser dados a conhecer aos vereadores. Adicionalmente a uma pergunta que já tinha feito na última reunião de câmara sobre os dados socioeconómicos que pudessem existir relacionados com o desemprego, para que pudessem ter uma discussão de uma forma mais positiva possível. Aquilo que se discutia ou aquilo que se propunha, tratando-se de coisas que estivessem a acontecer, certamente não dignificaria ninguém. Um partido que fizesse uma proposta que a câmara já estivesse a executar não era bom para a câmara e não era bom para o partido, pelo que a partilha de informação era muito importante e muito relevante e seguramente ajudaria a quem estivesse a exercer o poder. Era importante que assim se fizesse, para quem apresentasse propostas pudesse concentrar em algo que não fosse repetitivo e que houvesse uma redundância dos factos, pelo que seria evidente que era algo com o qual todos ganhariam.

Relativamente àquela proposta o PSD ir-se-ia abster, apesar de estar de acordo com os princípios, no entanto, considerava que o PS ganhava mais se tivesse detalhado a proposta, como já o fizera no passado.

4

Sra. Presidente – Informou o senhor Vereador Nuno de Carvalho, que era muito importante que nunca mais faltasse às reuniões de câmara, pela elevação com que foi feita a discussão, pelos conselhos e por ter sido apaziguador, razão pela qual o PSD devia estar sempre ali representado pelo Vereador Nuno de Carvalho.

Disse que não estava de acordo com o Vereador Pedro Pina, quando ele tinha dito, *“ali estariam todos de acordo e estariam todos do mesmo lado”*. Na realidade não estavam todos do mesmo lado, porque o executivo CDU não andava a fazer populismo, demagogia, “show off” e criação permanente de factos políticos. Quem não trabalhava, quem não tinha nada para apresentar e quem no passado destruiu a cidade de Setúbal, atualmente tinha a aflição da criação de factos políticos permanentes e isso tinha que ser desmascarado também no “Facebook”, por essa razão não podia estar de acordo com o Vereador Pedro Pina. Na realidade não estavam no “Facebook” para criar factos políticos, mas iam estar no “Facebook”, com todo o gosto, para a resposta aos factos políticos sempre que se justificasse. O mais baixo da democracia que já tinha visto, tinha tido início pela bancada do Partido Socialista.

Aquela proposta tinha coisas que tinham sido tratadas, como era o caso da isenção das taxas, nos pontos 3 e 4, por prorrogação do despacho que saiu, sendo uma reprodução da decisão tomada no primeiro confinamento. O despacho em questão tinha que ser apreciado em reunião de câmara para ratificação, uma vez que o despacho já tinha sido elaborado significava que já devia ter ido para ratificação. Relativamente aos pontos 3, 4 e 5 estava tudo tratado e o mesmo se podia dizer em relação ao ponto 7.

Uma chamada de atenção para a vergonha que foi a atuação do Ministério da Cultura relativamente à cultura, a inexistência de apoios financeiros. Recentemente o Governo veio a público referir que o apoio ia a caminho, só faltava saber se chegaria na verdade ao seu destinatário.

Quanto à criação de um fundo de emergência social foi exatamente aquilo que o Vereador Carlos Rabaçal disse, aquele fundo de emergência era precisamente aquilo que a Câmara fazia permanentemente, sem terem necessidade de se colocarem em *“bicos de pés”* e dizer tudo aquilo que estavam a fazer permanentemente, para que ninguém ficasse para trás, para que ninguém ficasse com alguma necessidade. O que tinham feito em relação às escolas não o colocaram em proposta, no entanto, não havia nenhum menino que ficasse por tomar a sua refeição pelo menos uma vez por dia e normalmente levavam um lanche reforçado para casa. Não disseram aquilo que pagavam pelo Governo, tal como tinha sido referido pelo Vereador Carlos Rabaçal, nem pela forma como eram tratados, como se fossem empregados do Governo.

Disse ser evidente que o Partido Socialista sabia o resultado da proposta, apesar de ser mais parca quanto ao número de pedidos. O Vereador Fernando Paulino referiu que não tinham colocado os mesmos pontos que colocaram na primeira proposta, porque sabiam que alguns deles estavam resolvidos, no entanto, também sabiam que os pontos 3 e 4 já tinham sido resolvidos. Tratava-se de uma proposta que era mais um facto político, que só era criada por quem nada fazia, quem só tinha propostas demagógicas, quem nada tinha feito pela cidade, quem afundou aquela terra e de quem não tinha propostas para a cidade e por essa razão tinham necessidade de fazer agenda política e criar factos políticos que era precisamente aquilo que estava na proposta do Partido Socialista.

Parabenizou os vereadores da sua bancada, sendo que cada um deles, na sua área disse um pouquinho do muito que havia a dizer sobre aquilo que tinha sido feito relativamente ao COVID.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido reprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos contra, da CDU, 3 votos a favor, do PS, e uma abstenção, do PSD.

Não houve período destinado à intervenção do público, uma vez que, em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção-Geral de Saúde sobre a eventual propagação do COVID-19, a reunião realizou-se à porta fechada, sem a presença de público.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e trinta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

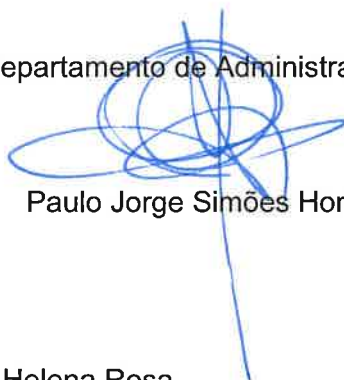
A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 03 de março de 2021, por unanimidade, contém 48 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Aldora Poeira, Vítor Marcos e Helena Rosa

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio